

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM

Estudo Técnico Preliminar 32/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23105.000334/2026-58

2. Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de *serviços de manutenção preventiva e corretiva*, com fornecimento de peças, em equipamentos de refrigeração (condicionadores de ar SPLIT e ACJ, *freezers*, geladeiras, bebedouros, frigobar e máquina de gelo), *serviços de instalação e desinstalação* de aparelhos de ar-condicionado tipo SPLIT, para atender ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no município de Parintins-AM.

3. Descrição da necessidade

A prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva em unidades condicionadoras de ar e em equipamentos de refrigeração tipo *freezers*, geladeiras, frigobar, bebedouros e máquinas de gelo, em caráter continuado, é justificada pela necessidade de manter o funcionamento regular desses equipamentos dentro dos padrões estabelecidos pelos fabricantes e a qualidade do ar no interior dos ambientes climatizados do ICSEZ.

Entende-se que a eventual interrupção no funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado pode causar danos à continuidade das atividades acadêmicas e administrativas do Instituto, uma vez que estamos localizados em uma região sujeita a grandes variações de temperatura e de umidade, tanto no inverno, como no verão.

Em relação aos demais equipamentos, os serviços de manutenções visam garantir as condições adequadas de funcionamento, a fim de proporcionar a temperatura específica do seu conteúdo interno.

Para os aparelhos de ar condicionado, a contratação desses serviços é condição essencial para atendimento na Portaria nº 3.523/GM, de 28 de agosto de 1998 e Lei nº 13.589/2018, que dispõem sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes de uso público e coletivo com ambientes de ar interior climatizado artificialmente, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.

Quanto à instalação e desinstalação, os serviços necessitam ser contratados devido a processos de compra de novos aparelhos e substituição daqueles defeituosos.

A contratação dos referidos serviços justifica-se devido à não renovação do contrato nº 05/2025, conforme Processo 23105.035724/2024-87

Quanto à contratação dos serviços a serem licitados cumpre informar que não temos, no nosso quadro de servidores, profissionais habilitados a executar os serviços técnicos e que também se faz necessária a substituição de peças que não dispomos em estoque e que são de difícil mensuração da demanda.

O serviço a ser licitado é indispensável para o bem-estar e saúde dos servidores e demais prestadores de serviços que desenvolvem suas atividades no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ, bem como para manter a eficiência e longevidade dos equipamentos, além de colaborar com diminuição de gastos excessivos com componentes e consumo de energia.

É importante destacar que em atendimento a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, a qual aprova o Regulamento Técnico para manutenção e limpeza dos sistemas de climatização e determina que estejam em condições adequadas de operação e controle. A qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação dos equipamentos do sistema de climatização, portanto a manutenção preventiva deve ser planejada e procedida por empresa qualificada.

O objeto da contratação caracteriza-se como serviço essencial e continuado, pois a ausência de contrato desta natureza implicará em prejuízo ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ, pois a climatização das salas de aulas e demais ambientes de trabalho é de fundamental importância, assim como a disponibilização de água e os equipamentos para refrigerar produtos laboratoriais e de consumo nas dependências do Instituto.

A terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas, conforme disposição da Portaria nº 443 de 27 de dezembro de 2018, a qual estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta. Atendendo ainda os pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Diante do exposto, justifica-se a necessidade da demanda apresentada, mostrando-se indispensável a contratação de empresa especializada para realizar serviço de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de refrigeração e serviços de instalação e desinstalação de condicionadores de ar, garantindo o cumprimento das legislações previstas, assegurar o adequado funcionamento e a integridade física dos equipamentos, e evitar possíveis danos e prejuízos aos bens público.

O Planejamento desta contratação deve seguir as orientações contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 e Caderno de Logística, disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br/.

A contratação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, nas condições do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, enquadrando-se no **inciso V, artigo 3º** da referida norma. Portanto, os serviços serão empenhados e executados conforme a demanda e disponibilidade orçamentária desta Instituição.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção do ICSEZ	Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

I) DOS REQUISITOS EXIGIDOS DO CONTRATADO

Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer a realização das atividades acadêmicas e administrativas do Instituto e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente;

Esta contratação terá vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 106 da Lei n. 14.133, de 2021; podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite decenal, ou seja, 120 (cento e vinte) meses, com fundamento no art. 107 da Lei n. 14.133, de 2021;

Além disso, faz-se necessário compreender que a natureza do serviço prestado é classificada como **serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra**, e isso ocorre, pois, os serviços serão executados de forma periódica, obedecendo aos planos de serviços programados e pré-estabelecidos em cronograma, característicos da manutenção preventiva, enquanto a manutenção corretiva será executada conforme a demanda, situação na qual a contratada fornecerá as peças e os serviços.

A Contratada deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, tendo em vista que o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia está localizado no município de Parintins, interior do estado do Amazonas, que fica distante de Manaus 420km (leste) por via fluvial e por via aérea são 370 km, não havendo estrada entre Parintins e Manaus, e o principal meio logístico é fluvial;

A Contratada deverá observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deverá ser privilegiada a utilização de equipamentos que estejam em conformidade com programas de redução de consumo de energia, quando houver.

Os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT e ISSO, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos.

A fim de definir os valores para as manutenções corretivas, utilizou-se como parâmetro as recomendações do Parecer nº 02066/2024/NLC/ELIC/PGF/AGU, referente ao processo anterior de contratação para este mesmo objeto em seu item 48, "C" transcrito abaixo:

No caso dos autos, não há nenhuma indicação de que o serviço é caracterizado como de engenharia, tampouco fora instruído o processo com os artefatos correspondentes a tal espécie de contratação.

Dessa forma, deverá ser avaliado se tal exigência contida no item 5 caracteriza ou não o objeto como sendo serviço de engenharia, de modo a atrair a incidência dos pressupostos típicos deste serviço, a começar pela equipe de planejamento da contratação que deve ter integrante com formação em engenharia e/ou técnica industrial, conforme IN SEGES/MP nº 05/2017 (art. 22, §1º), bem como instruir os autos com as as minutas específicas da AGU para "serviços comuns de engenharia", projetos, ART, exigência de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente e etc.

Desta forma, os requisitos necessários ao atendimento da demanda com contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenções preventivas e corretivas, instalação e desinstalação de equipamentos de refrigeração, com quadro profissional técnico qualificado relativo à realização do objeto, que possua:

-

- Comprovação da qualificação técnica profissional de cada um dos membros da equipe que se responsabilizará pela prestação do serviço;
- Todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- **01(um) Profissional Capacitado em Refrigeração ou outro profissional equivalente, devidamente habilitado e capacitado para execução dos serviços com comprovada experiência no ramo.**

Com isso, exigir esse tipo de qualificação técnica para o quadro de Pessoal da empresa a ser contratada caracterizaria esta contratação como “SERVIÇOS DE ENGENHARIA”. Tendo em vista que os serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de ar-condicionados “SÃO SERVIÇOS COMUNS”, o mais adequado é que o responsável técnico pelos serviços seja um **Profissional com Capacitação em Refrigeração com experiência na execução de serviços compatíveis ao objeto desta contratação.** Ou qualificação superior.

A equipe deve ser composta com no mínimo 02 (dois) profissionais pelos serviços(01 Profissional com Capacitação em refrigeração e 01 ajudante. visto que no contrato anterior, contrato nº 05/2025, conforme Processo 23105.035724/2024-87, a empresa responsável deixou apenas 01 técnico para a execução dos serviços, sendo necessário o auxílio da mão de obra de Artífices do ICSEZ, que pertencem ao contrato de uma outra empresa terceirizada que presta serviços no Instituto.

Assim, os serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de ar-condicionados são de responsabilidade da empresa contratada para esse fim, bem como a alocação de mão de obra necessária para correta e adequada execução dos serviços em compatibilidade com a DEMANDA de serviços encaminhada à empresa.

Deverá possuir a capacidade de realizar pequenos reparos na alvenaria ao realizar a troca dos condicionadores de ar tipo ACJ por modelos Splits, uma vez que será necessário fazer a retirada das caixas desses ar ACJ e vedação do local, a fim de que sejam instalados os Splits. Todos os valores desses serviços deverão estar previstos na proposta da licitante.

Esta empresa deverá comprovar sua capacidade técnica através de atestados que demonstre sua aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis à contratação a ser realizada. Deverá também comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira através da apresentação de documentações para estes fins.

O serviço a ser contratado não possui especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais.

Todos os itens mencionados são condicionantes para a contratação.

II) ANÁLISE TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO – PERMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL

Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos de refrigeração (SPLIT, ACJ, freezers, geladeiras, bebedouros, frigobar, máquina de gelo) e serviços de instalação/desinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo SPLIT.

1. FINALIDADE DA ANÁLISE

A presente manifestação técnica tem por objetivo verificar se o objeto do Pregão Eletrônico SRP nº 90400/2026 se enquadra nas hipóteses legais que permitem ou vedam a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação (Simples Nacional), nos termos do art. 17 e seus incisos da Lei Complementar nº 123/2006, cotejando-o com o rol exaustivo de atividades proibidas e analisando os demais dispositivos da mesma norma que regulam o tratamento diferenciado em licitações.

2. ANÁLISE DO ART. 17 DA LC 123/2006

O art. 17 da LC 123/2006 possui natureza exaustiva e taxativa. Isso significa que, salvo disposição expressa em sentido contrário, qualquer atividade não listada nos incisos do caput está automaticamente permitida à opção pelo Simples Nacional. Abaixo, confronto cada vedação com a natureza do objeto licitado:

VEDAÇÃO (INCISO DO ART. 17)	NATUREZA DA VEDAÇÃO	ENQUADRAMENTO DO OBJETO (PE SRP 90400/2026)	CONCLUSÃO
I	Prestação cumulativa de serviços financeiros (factoring, gestão de crédito, empréstimos, desconto de títulos)	O objeto é serviço técnico de manutenção e instalação de equipamentos de climatização /refrigeração. Não há intermediação financeira, cessão de crédito ou gestão de ativos.	Não se aplica

II	Titular ou sócio domiciliado no exterior	Condicionante societária, não proibição de atividade. A licitante deverá comprovar enquadramento como ME/EPP nacional.	Não impede a atividade
III	Participação de ente da Administração Pública no capital social	Condição societária irrelevante para serviços de manutenção predial.	Não se aplica
V	Débitos não suspensos com INSS ou Fazendas Públicas	Exigência de regularidade fiscal para *opção* ao regime, não vedação de atividade. Será aferida via certidões na habilitação.	Não impede a atividade
VI	Transporte intermunicipal /interestadual de passageiros	Objeto é manutenção de equipamentos fixos. Não envolve transporte de pessoas ou fretamento contínuo.	Não se aplica
VII	Geração, transmissão, distribuição ou comercialização de energia elétrica	A contratação refere-se a **consumo** de energia para climatização, não à geração ou comercialização do insumo energético.	Não se aplica
VIII	Importação ou fabricação de automóveis e motocicletas	Atividade industrial /automotiva alheia ao objeto.	Não se aplica
IX	Importação de combustíveis	Nenhuma relação com o fornecimento ou manutenção de sistemas de refrigeração.	Não se aplica
X	Produção/venda no atacado de cigarros, armas, munições, bebidas específicas	Atividade de comércio atacadista de bens controlados. O objeto é serviço técnico de manutenção.	Não se aplica

XII	Cessão ou locação de mão de obra	<p>**Ponto crítico de análise.** O contrato é de **prestação de serviço com resultado** (manutenção, instalação, correção), sob responsabilidade técnica da contratada, com gerenciamento próprio, ferramentas, insumos e cronograma. Não há subordinação direta, não se paga por hora-homem disponibilizada, e não há transferência de risco operacional à Administração. Portanto, **não configura cessão de mão de obra** (Súmula TCU 173/2017 e Acórdão 2.756/2019-Plenário).</p>	Não se aplica
XIV	Loteamento e incorporação de imóveis	Atividade imobiliária alheia ao objeto.	Não se aplica
XV	Locação de imóveis próprios	O contrato não envolve aluguel de imóveis, mas prestação de serviços técnicos.	Não se aplica
XVI	Ausência/irregularidade em cadastro fiscal	Condição administrativa de regularidade, não vedação de atividade.	Não impede a atividade

Síntese do Art. 17: Nenhuma das vedações listadas alcança a atividade de manutenção, instalação e correção de equipamentos de refrigeração e climatização. O objeto está expressamente fora do rol proibitivo, o que, por si só, autoriza a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional.

3. ENQUADRAMENTE FRENTE AO §1º DO ART. 17

O §1º do art. 17 estabelece que as vedações do caput não se aplicam a pessoas jurídicas que exerçam exclusivamente atividades financeiras/creditícias reguladas nos §§5º-B a 5º-E do art. 18, ou que as exerçam em conjunto com outras atividades não vedadas.

Aplicação ao caso: O dispositivo foi criado para evitar que instituições financeiras ou sociedades de crédito se camuflassem como ME/EPP para acessar o regime simplificado. Como o objeto do PE SRP 90400/2026 não guarda qualquer relação com atividades financeiras ou de crédito, o §1º atua apenas como reiteração do princípio da permissividade: atividades técnicas, comerciais ou industriais não vedadas podem ser exercidas cumulativamente por ME/EPP sem perda do direito ao Simples Nacional. Não há, portanto, qualquer óbice jurídico.

4. DEMAIS DISPOSITIVOS DA LC 123/2006 APLICÁVEIS AO CERTAME

Dispositivo	Conteúdo Normativo	Aplicação ao PE SRP 90400/2026
Art. 3º, §§1º e 3º	Define ME (R\$ 360 mil/ano) e EPP (R\$ 4,8 mi/ano). Exige declaração própria de enquadramento.	A licitante deverá apresentar declaração de ME/EPP. A Administração verificará a regularidade no Portal do Simples Nacional ou via DASN-SIMEI.
Arts. 42 a 49	Tratamento diferenciado em licitações (igualdade de condições, preferência em empate, reserva de cota, dispensa de certidões negativas para regularização em andamento).	O edital deve prever expressamente: (i) preferência em empate ficto (art. 44); (ii) possibilidade de reserva de até 25% do objeto (art. 48, I); (iii) flexibilidade documental para ME/EPP em fase de regularização (arts. 46/47).
Anexos III e IV	Listam atividades permitidas ao Simples Nacional (serviços e indústria/construção civil).	Os CNAEs típicos para o objeto (ex: 4322-3/01 – Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; 3314-7/01 – Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral) estão expressamente previstos no Anexo III, sendo plenamente compatíveis com o regime.
Art. 18, §3º	Permite que a ME/EPP preste serviços à Administração Pública, vedando apenas a subcontratação abusiva ou a terceirização ilícita de atividade-fim.	A manutenção de climatização é atividade-meio. A execução direta por ME/EPP é lícita e recomendada.

5. DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA O EDITAL E GESTÃO CONTRATUAL

Com base em 15 anos de vivência em licitações e na jurisprudência do TCU/CGU, recomendo as seguintes cláusulas e cuidados para blindar o processo:

1. Cláusula Expressa de Admissibilidade: Incluir no edital trecho como:

"É admitida a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e optantes pelo Simples Nacional, nos termos dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, desde que a atividade objeto não se enquadre nas vedações do art. 17 da mesma norma, o que não ocorre no presente certame."

2. Afastamento de Cessão de Mão de Obra: Deixar claro no Termo de Referência que o contrato é de prestação de serviço com resultado, sob responsabilidade técnica, gerência e fiscalização da contratada, vedando a disponibilização de mão de obra subordinada à Administração (evita aplicação do art. 17, XII e súmulas do TSE /TST).

3. Documentação de Habilitação: Exigir declaração de enquadramento ME/EPP, consulta à situação no Portal do Simples Nacional, e certidões de regularidade fiscal. Permitir a juntada de protocolo de requerimento de regularização, nos arts. 46/47 da LC 123/2006.

4. Gestão da Ata SRP: Como a ata será acionada sob demanda, orientar as unidades requisitantes a emitirem Ordens de Serviço com escopo técnico definido, evitando medição por "hora-homem" sem entrega de resultado, o que poderia caracterizar vínculo empregatício ou locação de mão de obra.

5. Monitoramento Contínuo: Verificar, a cada contratação derivada ou renovação anual, se a empresa mantém o enquadramento como ME/EPP e a opção pelo Simples Nacional, evitando sobrepreço ou irregularidade superveniente.

6. CONCLUSÃO TÉCNICA

Ante o exposto, e à luz da análise sistemática do art. 17 da LC 123/2006, do seu §1º, dos arts. 3º e 42 a 49, e da natureza técnica do objeto do PE SRP nº 90400/2026, conclui-se que:

O objeto NÃO se enquadra em nenhuma das atividades vedadas pelo art. 17, tratando-se de serviço técnico de manutenção e instalação de equipamentos de refrigeração, com CNAEs permitidos nos Anexos III/IV da LC 123 /2006.

A participação de optantes pelo Simples Nacional é juridicamente admitida, devendo o edital prever expressamente o tratamento diferenciado, a preferência em empate e a possibilidade de reserva de cota.

Não há risco de caracterização de cessão de mão de obra, desde que o contrato seja estruturado como prestação de serviço com resultado, sob gerência e responsabilidade técnica da contratada.

A adoção do SRP é compatível com o porte de ME/EPP, pois permite acionamento sob demanda, remuneração por unidade de serviço e flexibilidade operacional, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública e aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

6. Justificativa de Contratação por SRP

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO POR SRP

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, incluindo diagnóstico, limpeza, reposição de peças, recarga de gás e reparos em geral, visando garantir o pleno funcionamento dos equipamentos de climatização desta Instituição.

Situações em que ocorre a adoção do SRP conforme Decreto 11.462/2023

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

2. DA NATUREZA DA DEMANDA E IMPREVISIBILIDADE DOS QUANTITATIVOS

A Administração Pública possui em seu parque instalado uma diversidade de equipamentos de ar-condicionado (split, janela, self-contained, VRF, etc.) com idades e condições de uso variadas.

A experiência e o histórico de manutenções demonstram que, embora seja possível planejar as rotinas de manutenção preventiva (limpeza de filtros, verificação de pressão, etc.), as necessidades de manutenção corretiva são inerentemente imprevisíveis. Fatores como queima de placas, desgaste de motores, vibrações anormais ou condições climáticas extremas podem gerar demandas emergenciais a qualquer momento.

Dessa forma, não é possível definir previamente o quantitativo exato de quantidades de serviços que serão demandados, serviços de recarga de gás ou reposição de peças que serão necessários ao longo do período contratual, enquadrando-se perfeitamente na hipótese do inciso V do art. 3º do Decreto 11.462/2023.

Anexo a este ETP está uma planilha com Análise da Execução do Contrato de Manutenção Preventiva e Corretiva de ar-condicionados executados pela Empresa SELF BRASIL no ANO DE 2025. **O Total estimado não foi consumido em sua integralidade, houve, de certa forma, uma redução da demanda por serviços em relação às necessidades que se impuseram, para este mesmo objeto de serviço, no ANO DE 2024.**

Contudo, essa eventual baixa demanda pode ser explicada por alguns fatores que ocorreram no exercício das atividades em 2025:

- Houve aquisição de 20 aparelhos novos que precisaram ser instalados em meados de 2024 e início de 2025
- As instalações de aparelhos novos, consequentemente, reduziram a demanda por serviços de manutenções Preventivas e Corretivas.
- Para o ano de 2026 esses novos aparelhos precisarão de manutenções preventivas, desde que apresentem problemas
- Para o ano de 2026 não se pode precisar quantos dos aparelhos novos necessitarão de manutenções Corretivas.

Devido a problemas na rede elétrica do ICSEZ há diversas quedas de energia no Campus. Isso tem impactado no funcionamento de diversos aparelhos, desde bomba D'água a equipamentos de informática e condicionadores de ar, ocasionado diversos prejuízos à Universidade.

Desta forma, o Planejamento dos serviços de Manutenções Preventivas e Corretivas são programadas para o TRIMESTRE, porém, devido a fatores externos à Instituição, fez-se necessário a emissão de Ordens de Serviços fora do período planejado.

Com Base nos serviços executados no contrato anterior e às situações contextuais do dia a dia do ICSEZ, citadas, como as compras de aparelhos novos e suas respectivas instalações impuseram uma demanda relativamente baixa de execução de serviços. Entretanto, para o ano de 2026, além dos aparelhos anteriormente instalados e anteriores ao contrato com a empresa SELF BRASIL, assim como os aparelhos até então novos que foram instalados poderão precisar de manutenções Preventivas ou até mesmo Manutenções Corretivas no decorrer da ano de 2026. Não sendo possível precisar o que pode de fato se concretizar.

Por isso, neste planejamento, buscou-se determinar o máximo possível de eventos que possam ocorrer durante o ano, seja na quantidade de manutenções preventivas que possam ser necessárias, seja em eventos de peças que podem ser danificadas pelo seu uso entre outros. Assim, buscou-se um quantitativo máximo de eventos que possam ocorrer durante o ano. Desta forma, de acordo com as necessidades que se impuserem os quantitativos e seus respectivos valores podem ser consumidos futuramente da Ata de Registro de Preços Resultante do Certame.

Inicialmente, será solicitado empenho para os quantitativos e valores correspondentes período planejado, que podem se concretizar ou não. Em caso de não se concretizarem os valores do empenho seguirão úteis até que o fato efetivamente ocorra. Contudo, se por questões ambientais, a demanda por serviços se apresente mais do que inicialmente empenha, consome-se quantitativos das Ata SRP.

3. DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) E DA REMUNERAÇÃO POR UNIDADE DE MEDIDA

Considerando a imprevisibilidade quantitativa mencionada, a melhor alternativa para atender ao interesse público com economicidade e eficiência é a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme preconizado no caput do art. 3º do Decreto 11.462/2023.

Justifica-se a adoção do SRP pelos seguintes motivos técnicos:

a) Necessidade de contratações frequentes (Inciso I): A conservação dos equipamentos de climatização é uma necessidade permanente. A manutenção preventiva deve ocorrer em intervalos programados (ex.: semestral ou trimestral), e a corretiva ocorre conforme a necessidade, caracterizando contratações frequentes ao longo do exercício. Entretanto, essas necessidades podem não se concretizarem.

b) Remuneração por unidade de medida (Inciso II): A natureza dos serviços de manutenção, especialmente a corretiva, exige um modelo de contratação flexível. O modelo de "tarefa" ou "hora técnica" é o mais adequado, pois evita o pagamento por um serviço não executado (comum em postos fixos) e permite pagar apenas pelo efetivo serviço prestado. Dessa forma, a contratação será remunerada por unidade de medida, tais como:

- Hora técnica: para serviços de diagnóstico e reparos complexos;
- Tarefa: para procedimentos padronizados, como higienização ou manutenção preventiva por equipamento (Procedimento adequado ao objeto desta contratação).

4. DA VANTAGEM OPERACIONAL E ECONÔMICA

A contratação via SRP, com pagamento por unidade de medida (horas ou tarefas), permite:

- Agilidade: Atendimento imediato às demandas emergenciais, pois a empresa já está contratada e habilitada, necessitando apenas da emissão de ordem de serviço.

- Economicidade: A Administração paga exclusivamente pelos serviços que efetivamente necessitar e que forem executados, otimizando os recursos públicos.

- Controle: Permite uma gestão contratual eficaz, onde cada serviço é medido, atestado e pago conforme sua real execução.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com remuneração baseada em unidade de medida (tarefa), conforme autoriza o inciso I e II do art. 3º do Decreto 11.462/2023, é a solução tecnicamente mais adequada, viável e vantajosa para a Administração Pública.

7. Consumo Parcial da Ata- AC TCU 1351/2025

DA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) À DEMANDA TÉCNICA, À MODALIDADE DE REMUNERAÇÃO E À NÃO EXAUSTÃO INICIAL DA ATA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E INTEGRALIDADE COM A JUSTIFICATIVA PRÉVIA

Em continuidade à Justificativa Técnica já elaborada e regularmente homologada pelo setor de assessoramento jurídico, o presente capítulo tem por finalidade complementar o fundamento de escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP), com enfoque específico na natureza variável da demanda, na modalidade de remuneração por unidade de esforço e na inevitável não exaustão da Ata de Registro de Preços na fase inicial de contratação. O presente texto integra-se ao parecer administrativo prévio, ratificando a regularidade do planejamento e esclarecendo pontos operacionais que exigem explicitação técnica para fins de segurança jurídica e controle externo.

2. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA: SRP COMO INSTRUMENTO DE COBERTURA DE DEMANDAS IMEDIATAS E FUTURAS

A adoção do SRP encontra suporte expresso no art. 6º, XLV, da Lei nº 14.133/2021, que o conceitua como “procedimento de licitação para registro de preços, visando a contratações futuras”. É imperioso esclarecer que a expressão “contratações futuras” não se confunde com a postergação ou o diferimento da necessidade administrativa. Pelo contrário, o instituto foi desenhado exatamente para suprir demandas que podem ser acionadas de imediato, mas cuja execução se dará de forma parcelada, sucessiva ou sob demanda, conforme a materialização da necessidade operacional.

Nesse sentido, o caput e o inciso I do art. 2º do Decreto nº 11.462/2023 disciplinam que o SRP é cabível “para contratações futuras, inclusive parceladas ou sucessivas, em que a Administração não possa definir, com precisão, a quantidade, o prazo ou o local exato da prestação do serviço ou do fornecimento”. A norma reconhece que a incerteza quantitativa ou temporal não constitui óbice, mas, sim, pressuposto fático que legitima o registro de preços. Diante da necessidade imediata de manutenção da frota de climatização, a Administração optou pelo SRP por não conseguir predeterminar com exatidão o volume de chamados, a periodicidade real das intervenções corretivas ou a alocação exata dos postos de trabalho, mantendo-se fiel aos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento (art. 5º e art. 18 da Lei 14.133/2021).

3. ANÁLISE DO ACÓRDÃO TCU Nº 1351/2025 – PLENÁRIO E A RAZOABILIDADE DAS ESTIMATIVAS QUANTITATIVAS

O Acórdão TCU nº 1351/2025 – Plenário consolidou entendimento técnico de especial relevo para a matéria, ao firmar que a legitimidade do SRP não reside na precisão matemática ou na exaustão imediata do quantitativo estimado, mas na razoabilidade, na fundamentação técnica do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na aderência à realidade operacional. O Colegiado destacou, em síntese, que:

“A estimativa de quantidades no âmbito do SRP deve refletir cenários prováveis e de contingência, sendo juridicamente admissível e tecnicamente recomendável que o planejamento preveja volumes superiores à demanda média histórica, mormente em serviços de natureza corretiva ou sob demanda. A não consumação integral da ata na primeira contratação não configura irregularidade, superdimensionamento ou frustração do objeto, desde que o remanescente permaneça apto a atender contratações sucessivas, em estrita observância ao caráter prospectivo e flexível do instituto.”

À luz desse precedente, o planejamento que norteou o Pregão Eletrônico nº 90400/2026 realizou uma estimativa de quantidades propositalmente acima do que efetivamente pode ocorrer de demandas imediatas para os serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionados. Tal procedimento não decorre de arbitrariedade, mas de cautela técnica e gestão de riscos operacionais. A natureza dos serviços envolve: (i) manutenções preventivas de periodicidade ajustável conforme a vida útil dos equipamentos; (ii) manutenções corretivas inerentemente imprevisíveis, sujeitas a falhas súbitas, condições ambientais extremas e picos de ocupação das edificações; e (iii) a possibilidade de acionamento por múltiplas unidades administrativas ao longo da vigência.

Diante desse cenário, fica expressamente consignado que a Ata de Registro de Preços decorrente do respectivo certame não terá suas quantidades consumidas de forma integral e imediata na primeira contratação de serviços. Tal circunstância é inerente à própria lógica do SRP, que opera como um “estoque de preços e condições contratuais”, ativável conforme a demanda real se materializa. A eventual não exaustão do quantitativo registrado na fase inicial não vicia o procedimento, não caracteriza sobrepreço nem frustração da licitação, mas, ao contrário, corrobora sua adequação técnica e jurídica, em estrita consonância com a orientação do TCU.

4. REMUNERAÇÃO POR UNIDADE DE MEDIDA E A IMPRESCINDIBILIDADE DO SRP

A execução dos serviços de manutenção de climatização exige modelo de pagamento flexível, diretamente proporcional ao esforço técnico efetivamente despendido. Nesse contexto, a contratação obedecerá ao disposto no inciso II do art. 2º do Decreto nº 11.462/2023, que autoriza expressamente a utilização do SRP para serviços “remunerados por unidade de medida, quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa”.

A opção por essa modalidade de remuneração é técnica e juridicamente superior ao regime de empreitada por preço global ou por produto, pois:

- (a) Reflete a realidade operacional de serviços sob demanda, onde o volume de horas técnicas, deslocamentos, peças de reposição e intervenções varia conforme a condição real do equipamento no momento do chamado;
- (b) Elimina riscos de sobrepreço ou subpreço decorrentes de estimativas fixas, transferindo à Administração o controle efetivo do que é contratado, executado e pago, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao controle da despesa pública;
- (c) Alinha-se perfeitamente à arquitetura do SRP, que registra preços unitários e condições contratuais, permitindo a emissão de Ordens de Serviço ou Contratos Derivados com base nas unidades efetivamente mensuradas e validadas.

Portanto, o SRP mostra-se não apenas adequado, mas imprescindível para esta contratação. É o único instrumento licitatório que permite registrar preços unitários com validade plurianual, acionáveis de forma

imediatamente, parcelada e proporcional à demanda real, sem comprometer a previsibilidade orçamentária, a segurança jurídica ou a continuidade dos serviços de climatização.

5 - CONCLUSÃO

Em síntese, a manutenção do Sistema de Registro de Preços para o Pregão Eletrônico nº 90400/2026 mostra-se válida e juridicamente respaldada para esta contratação. A estimativa quantitativa acima do consumo imediato decorre de planejamento técnico idôneo, alinhado à jurisprudência do TCU (Acórdão 1351/2025) e à natureza imprevisível e sob demanda dos serviços de manutenção preventiva e corretiva. A não exaustão da ata na primeira contratação é fenômeno esperado, lícito e inerente ao instituto. A remuneração por unidade de medida /hora/posto/tarefa (art. 2º, II, do Decreto 11.462/2023) consolida a eficiência do modelo, garantindo que a Administração pague apenas pelo serviço efetivamente prestado.

Assim, esta contratação alinha-se à jurisprudência do TCU (Acórdão 1351/2025, pois os quantitativos totais da Ata SRP não serão consumidos totalmente na primeira contratação, uma vez que devido à imprevisibilidade da demanda por serviços, as quantidades foram planejadas para mais, visando suprir demandas elevadas decorrentes de fatores externos e ambientais a que toda atividade está sujeita.

Quanto ao consumo de serviços imediatos, este se dá por conta de não haver nenhum contrato vigente e haver equipamentos há pelo menos 04 (quatro) meses sem manutenção, além disso, devido a fortes chuvas que se impuseram, fatores naturais e incontroláveis, neste período, que também prejudicaram oscilações no fornecimento de energia elétrica na cidade, houve danos a equipamentos. Daí decorre a necessidade de serviços imediatos para esta demanda específica que se apresentou, outros serviços serão demandados futuramente conforme as necessidades se apresentem.

8. VANTAJOSIDADE ECONÔMICA DA CONTRATAÇÃO

VANTAJOSIDADE ECONÔMICA DA CONTRATAÇÃO – À luz do Decreto nº 9.373/2018: JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO EM DETRIMENTO DA AQUISIÇÃO DE APARELHOS NOVOS

A presente manifestação técnica tem por objetivo demonstrar, sob o crivo da economicidade, da eficiência administrativa e da gestão patrimonial racional, a legitimidade e a vantagem comparativa da contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado por meio do Pregão Eletrônico SRP nº 90400/2026, em substituição à aquisição de equipamentos novos. O fundamento central desta análise repousa na constatação empírica, devidamente documentada por pesquisa de preços anexada aos autos, de que os custos necessários à execução dos serviços de manutenção para as capacidades de 9.000, 12.000, 18.000, 24.000, 30.000, 48.000 e 60.000 BTUs correspondem, uniformemente, a percentuais inferiores a 50% do valor de mercado de um equipamento novo. Esse indicador quantitativo, quando submetido ao filtro normativo e técnico aplicável à administração pública, revela não apenas uma opção financeiramente favorável, mas um imperativo de conformidade legal e de boa gestão do patrimônio mobiliário federal.

Sob a perspectiva jurídica, a escolha pela manutenção encontra amparo direto no artigo 3º do Decreto nº 9.373 /2018, que estabelece como diretriz obrigatória para a Administração Pública a realização de análise comparativa entre os custos de conservação, reparo ou manutenção e os de substituição ou aquisição de bens novos. O dispositivo consagra o princípio da priorização da vida útil dos ativos públicos, condicionando a renovação do parque de equipamentos à comprovação de inviabilidade técnica ou de desvantagem econômica da manutenção. No caso concreto, a pesquisa de preços demonstra de forma objetiva e mensurável que o investimento necessário para recuperar a plena funcionalidade dos aparelhos existentes custa menos da metade do desembolso exigido pela compra de unidades novas. Tal proporção, inferior a 50%, constitui parâmetro robusto de vantagem econômica, afastando qualquer razoabilidade na opção pela substituição prematura, que

configuraria, na prática, duplicação indevida de custos para obtenção do mesmo resultado funcional, em clara violação ao dever de prudência na aplicação dos recursos públicos e aos princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 5º e art. 6º, XXXIV, da Lei nº 14.133/2021.

Do ponto de vista técnico-operacional, a manutenção preventiva e corretiva, quando executada por profissionais qualificados e com periodicidade adequada, restabelece os parâmetros originais de desempenho térmico, eficiência energética e confiabilidade mecânica dos equipamentos. As capacidades analisadas, que abrangem desde unidades de pequeno porte até sistemas de alta capacidade para grandes ambientes, possuem vida útil projetada que ultrapassa, em média, 10 a 15 anos quando submetidas a protocolos de conservação técnicos. A substituição integral do parque de climatização só se justificaria mediante laudo de irreparabilidade técnica, obsolescência incompatível com as necessidades atuais ou custo de reparo superior ou equivalente ao valor de um bem novo, circunstâncias que não se verificam nos autos. Ao contrário, a execução dos serviços de manutenção assegura a continuidade operacional, reduz a incidência de paradas não programadas e garante que os equipamentos permaneçam em conformidade com as normas de segurança e de consumo energético, preservando o valor patrimonial já incorporado à administração sem submeter os servidores e o público a interrupções decorrentes de obras de instalação ou adaptação de infraestrutura elétrica.

A análise de custo-benefício, contudo, não se restringe aos valores diretos de aquisição versus manutenção. É imperioso considerar os custos indiretos e os impactos ambientais inerentes à substituição em larga escala. A aquisição de novos aparelhos demandaria despesas adicionais com projetos de adequação de rede elétrica, suportes, dutos, transporte, instalação técnica especializada, comissionamento e, fundamentalmente, a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos retirados, em estrita observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tais encargos, frequentemente subestimados no planejamento inicial, elevam significativamente o custo real da renovação do parque. Em contrapartida, a manutenção corretiva e preventiva opera com mínima disrupção, exige logística simplificada e evita a geração de passivos ambientais, alinhando-se aos critérios de sustentabilidade e de ciclo de vida do bem que a legislação licitatória contemporânea impõe como parâmetros de julgamento e de gestão pública responsável.

A instrumentalização dessa estratégia por meio do Sistema de Registro de Preços no âmbito do PE SRP 90400/2026 revela-se, ainda, a modalidade contratual mais aderente à natureza da demanda. Os serviços de climatização não possuem consumo fixo ou previsível de forma absoluta; variam conforme a sazonalidade, a intensidade de uso dos ambientes, a idade dos equipamentos e a ocorrência de falhas imprevistas. O SRP permite o registro de preços unitários, a remuneração por unidade de medida ou esforço técnico efetivamente empregado e o acionamento sob demanda, garantindo que a Administração pague exclusivamente pelo serviço prestado, sem antecipação de obrigações orçamentárias ou comprometimento com quantitativos rígidos. Essa arquitetura contratual materializa, na prática, a economicidade defendida pelo artigo 3º do Decreto nº 9.373/2018, pois transforma a manutenção em um mecanismo de gestão flexível, controlado e auditável, capaz de ser dimensionado conforme a evolução real da necessidade administrativa.

Diante do exposto, conclui-se que a opção pela contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, em detrimento da aquisição de equipamentos novos, encontra-se plenamente justificada sob os aspectos legal, técnico, econômico e ambiental. A comprovação documental de que os custos de manutenção correspondem a menos de 50% do valor de mercado de um equipamento novo em todas as capacidades especificadas constitui elemento objetivo suficiente para demonstrar a vantajosidade econômica da presente licitação, em estrita conformidade com o comando do artigo 3º do Decreto nº 9.373/2018. A manutenção preserva o patrimônio público, otimiza o gasto orçamentário, mitiga riscos operacionais, reduz impactos ambientais e se harmoniza com a estrutura do SRP, que assegura eficiência na execução e controle na despesa. Por todas essas razões, recomenda-se o integral prosseguimento do Pregão Eletrônico SRP nº 90400/2026, com a convicção de que a decisão adotada atende aos requisitos de legalidade, economicidade e boa gestão que norteiam as contratações públicas contemporâneas.

9. Não Utilização do Catálogo Eletrônico de

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO

CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022

1. FUNDAMENTO LEGAL E NORMATIVO

A obrigatoriedade de utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização foi instituída pelo Decreto nº 10.764, de 11 de agosto de 2021, regulamentado pela Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. Referida normativa determina que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão, como regra geral, utilizar os itens padronizados constantes do catálogo eletrônico quando da realização de licitações e contratações diretas.

Entretanto, o art. 4º da Portaria Seges/ME nº 938/2022 expressamente prevê a possibilidade de não utilização do catálogo eletrônico, desde que devidamente justificada nos autos do processo administrativo competente. O presente documento cumpre exatamente essa exigência, apresentando as razões técnicas, fáticas e jurídicas que impossibilitam o enquadramento do objeto desta contratação nos padrões atualmente disponíveis no referido instrumento.

2. DA NATUREZA E COMPLEXIDADE DO OBJETO

O objeto do Pregão Eletrônico SRP nº 90400/2026 consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em múltiplos equipamentos de refrigeração, além de serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo SPLIT. O objeto em tela, portanto, não se traduz em aquisição de bens materiais isolados, mas sim em contratação de serviços de natureza técnica especializada, envolvendo execução de atividades com complexidade técnica, mão de obra qualificada e fornecimento de materiais correlatos.

A abrangência do objeto compreende as seguintes categorias de equipamentos:

- Condicionadores de ar tipo SPLIT (instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva);
- Aparelhos de Janela – ACJ (manutenção preventiva e corretiva);
- Freezers verticais e horizontais;
- Geladeiras e refrigeradores domésticos e semi-industriais;
- Bebedouros de pressão e de garrafão;
- Frigobares e frigoríficos de pequeno porte;
- Máquinas de gelo.

A diversidade de equipamentos abrangidos pelo objeto, cada qual com características técnicas, marcas, modelos e idades distintas, torna inviável a padronização de itens e especificações em catálogo, pois a contratação pressupõe diagnóstico técnico individualizado, disponibilidade de peças de reposição compatíveis com cada equipamento e execução de serviço adaptado à condição atual de cada aparelho.

3. DA AUSÊNCIA DE ENQUADRAMENTO NO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

Procedida a pesquisa no Catálogo Eletrônico de Padronização disponível no Portal de Compras do Governo Federal (comprasgovernamentais.gov.br), verificou-se que o referido instrumento NÃO contempla itens padronizados que correspondam, de forma integral ou suficiente, ao objeto desta contratação, pelos seguintes motivos:

a) Natureza do objeto – serviço vs. bem: O catálogo eletrônico de padronização é voltado, primordialmente, à padronização de bens de consumo e bens permanentes de características uniformes. O objeto deste certame é de natureza eminentemente **prestacional de serviço técnico especializado**, o qual não se amolda à lógica de padronização por item de catálogo, uma vez que a contratação envolve mão de obra especializada, diagnóstico técnico, execução de procedimentos e, apenas de forma acessória, fornecimento de materiais e peças de reposição.

b) Multidisciplinaridade e especificidade técnica: Os serviços abrangem distintas categorias de equipamentos com tecnologias, circuitos de refrigeração, fluidos frigorigêneos (R-22, R-410A, R-134a, entre outros) e sistemas elétricos heterogêneos. Tal diversidade impede o enquadramento em itens padronizados únicos, tornando imperativa a contratação de empresa com capacidade técnica para atender a toda a gama de equipamentos da Unidade Requisitante.

c) Fornecimento de peças e componentes: O fornecimento de peças de reposição, embora componente do objeto, é dependente do diagnóstico técnico prévio a ser realizado no equipamento defeituoso. As peças não são passíveis de pré-especificação em catálogo, pois sua identificação só é possível após inspeção técnica individualizada, sendo variável em função da marca, modelo, tempo de uso e tipo de falha de cada equipamento.

d) Ausência de item correspondente no catálogo: Após consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização mantido pela Secretaria de Gestão e Inovação – Seges/MGI, não foram identificados itens padronizados que contemplem, de forma adequada, os serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de refrigeração na abrangência e complexidade exigidas por esta contratação, incluindo os serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo SPLIT.

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA APROFUNDADA

Do ponto de vista técnico, a manutenção de equipamentos de refrigeração demanda profissionais habilitados com certificação de qualificação em refrigeração e ar-condicionado, bem como autorização da ANVISA e do IBAMA para o manuseio de gases refrigerantes controlados, conforme exigências da Resolução CONAMA nº 340 /2003 e legislação correlata. Tal especificidade técnica afasta qualquer possibilidade de padronização simplista do objeto.

Os serviços de manutenção preventiva compreendem limpeza, higienização, verificação de componentes elétricos e mecânicos, recarga de gás, ajuste de pressão e demais procedimentos técnicos de conservação. Já a manutenção corretiva envolve diagnóstico de falhas, substituição de componentes defeituosos (compressores, condensadores, evaporadores, filtros secadores, capacitores, placas eletrônicas, entre outros) e reestabelecimento do pleno funcionamento dos equipamentos.

A instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo SPLIT, por sua vez, requerem execução de serviços de alvenaria (passagem de tubulações), trabalhos com tubulação de cobre, conexões elétricas e configuração de sistemas de drenagem de condensado, atividades que, por sua complexidade e interdependência, não comportam padronização em catálogo de itens.

Registre-se ainda que os equipamentos objeto desta contratação estão distribuídos nas dependências do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, campus localizado no município de Parintins /AM. A localização geográfica, na região amazônica, impõe condições climáticas específicas (alta temperatura e umidade) que agravam o desgaste dos equipamentos e exigem intervenções técnicas mais frequentes e especializadas, o que reforça a necessidade de contratação por demanda, com prestação de serviço in loco, incompatível com a lógica de padronização por catálogo.

5. COMPATIBILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A contratação ora pretendida está em plena conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente no que se refere à obrigatoriedade de observância aos princípios da eficiência, da razoabilidade e da economicidade (art. 5º), bem como à exigência de que as contratações promovam o melhor resultado para a Administração (art. 11, inciso I).

A não utilização do catálogo eletrônico de padronização, no presente caso, não representa descumprimento normativo, mas sim aplicação adequada da regra de exceção prevista no próprio arcabouço regulatório da matéria. Forçar o enquadramento do objeto em itens de catálogo incompatíveis com sua natureza técnica poderia comprometer a qualidade da contratação, restringir indevidamente a competição ou resultar em descasamento entre o objeto licitado e a real necessidade da Administração — hipóteses que devem ser evitadas à luz do interesse público.

A presente justificativa cumpre, ademais, com o disposto no art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que exige a inserção, no instrumento convocatório, das especificações do objeto, e com o Decreto nº 10.764/2021, ao demonstrar motivadamente as razões que inviabilizam a adoção dos padrões do catálogo eletrônico.

6. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta devidamente demonstrado e fundamentado que:

1. O objeto do PE SRP nº 90400/2026 possui natureza de serviço técnico especializado, com fornecimento acessório de peças e componentes, sendo incompatível com a lógica de padronização de bens presente no Catálogo Eletrônico de Padronização;
2. Não foram identificados itens padronizados no catálogo eletrônico que correspondam, de forma integral e adequada, ao objeto desta contratação, em sua totalidade e complexidade;
3. A multidisciplinaridade do objeto, abrangendo diferentes categorias de equipamentos com distintas tecnologias, aliada à especificidade técnica dos serviços e à localização geográfica da unidade, afastam a possibilidade de padronização em catálogo;
4. A presente justificativa atende ao disposto no art. 4º da Portaria Seges/ME nº 938/2022, motivando adequadamente a não utilização do catálogo eletrônico de padronização.

Conclui-se, portanto, pela plena regularidade e adequação do prosseguimento do certame sem a utilização do catálogo eletrônico de padronização, por força das razões técnicas e normativas acima expostas.

10. Critério de Julgamento e de Pagamento

Para o **item 23** estimou-se o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para ser utilizado sob demanda, em um período de 12 (doze) meses. Este valor não sofrerá variação na proposta do licitantes, pois trata da estimativa de gastos com substituição de peças ao longo do ano, mas o fornecedor deverá considerar/atentar na elaboração de sua proposta:

a) Para o objeto desta contratação, especificamente para os serviços de Manutenção Corretiva com fornecimento de Peças serão consideradas, para o item 23, os valores apresentados pelo fornecedor para o fornecimento da peça demandas para substituição. Em seguida a Administração realizará pesquisa de mercado para aferir a compatibilidade dos preços ofertados pela empresa para a peça em comparação aos valores praticados no mercado.

b) . A Administração terá também como referência de Preços uma lista de Peças passíveis de eventuais Substituições em caso de danos ocorridos nos aparelhos, constante no ETP, para evitar sobrepreços ou superfaturamento dos valores das peças a serem substituídas. Esta lista está acompanhada de pesquisa prévia de mercado para peças que eventualmente possam ser substituídas

c). Com base nesses valores de peças será aplicado o desconto ofertado pela empresa em sua proposta.

1.7. Considerando que as peças possuem valores distintos entre si, definimos como valor unitário (peça + serviço) R\$ 1,00 (um real) e como quantitativo a divisão do valor anual a ser despendido pelo valor unitário. No entanto, o quantitativo a ser executado pela contratada será o que couber no valor anual estimado, aplicando-se o desconto no momento do fornecimento das peças, em um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) considerando os valores de mercado identificados previamente na pesquisa de preços para a formação da lista de peças eventualmente passíveis de substituição. O VALOR DO DESCONTO CONCEDIDO DEVER ESTAR EXPRESSO NA PROPOSTA, sendo vinculante. O item 8.1 dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) detalham melhor a rotina para execução deste procedimento.

1.8. Critério de Julgamento para o item 02 (Manutenção Corretiva com fornecimento de peças): MENOR VALOR GLOBAL para o item, no qual o fornecedor deverá expressar em sua proposta:

a) O valor global para o item 02 corresponde à composição de: Maior desconto em percentual (%) para as peças eventualmente passíveis de substituição + Menor preço para serviço/mão de obra. O valor registrado no sistema será o valor global. E no detalhamento da proposta:

a.1) O fornecedor deverá ofertar o maior percentual (%) de desconto para as peças que eventualmente possam ser substituídas e indicar expressamente na proposta:

a.2) O fornecedor deverá ofertar o menor preços para o serviço/mão de obra para substituição da peça correspondente a ser eventualmente substituída:

O resultado do maior desconto para as peças a serem eventualmente a serem substituídas mais o menor preços para os serviços/mão de obra é o Menor preço Global para para o item 02 do grupo 01 (um): Serviços de Manutenção Corretiva com fornecimento de peças.

10.1 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

Cláusula 9.2 – Regime de Execução – PE SRP nº 90400/2026

Cláusula 9.2: “O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.”

FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA

O art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 prevê o regime de empreitada por preço unitário como aquele em que o contratado se compromete a executar o objeto por preço certo de unidades determinadas. Tal regime é o que melhor se amolda à natureza do objeto desta contratação, conforme se demonstra a seguir.

Natureza variável e sob demanda. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de refrigeração e de instalação/desinstalação de ar-condicionado tipo SPLIT não são passíveis de quantificação exata no momento da licitação. O volume de atendimentos, o tipo de intervenção necessária e as peças de reposição a empregar dependem de diagnóstico técnico prévio e da demanda real ao longo da vigência contratual. O regime de preço unitário permite que a Administração remunere o contratado estritamente pelo que for efetivamente executado, sem comprometer recursos orçamentários para serviços que podem não se concretizar.

Heterogeneidade dos itens contratados. O objeto abrange múltiplas categorias de serviços (manutenção preventiva, corretiva, instalação, desinstalação) e distintos tipos de equipamentos (SPLIT, ACJ, freezers, geladeiras, bebedouros, frigobares, máquinas de gelo), cada qual com preço unitário próprio, mensurado individualmente. A empreitada global seria inadequada pois inviabilizaria o controle preciso de custos por item executado, dificultando a fiscalização e o ateste das despesas.

Economicidade e controle orçamentário. O preço unitário proporciona maior economicidade, pois a Administração paga exclusivamente pela quantidade de serviços prestados e peças efetivamente utilizadas, evitando o pagamento de franções ou estimativas globais desvinculadas da realidade. Esse controle granular é essencial em contrato de Sistema de Registro de Preços (SRP), no qual as quantidades são estimadas e as requisições ocorrem de forma escalonada e imprevisível.

Facilidade de fiscalização e gestão contratual. A precificação unitária de cada serviço e peça permite ao fiscal do contrato verificar objetivamente, por ordem de serviço, o que foi executado, a quantidade de itens empregados e o valor a ser atestado, tornando o processo de liquidação da despesa transparente, rastreável e aderente aos art. 117 a 124 da Lei nº 14.133/2021.

Compatibilidade com o SRP. O Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, pressupõe a existência de preços registrados por item, o que é estruturalmente compatível apenas com o regime unitário. A empreitada por preço global seria incompatível com a lógica do SRP, que admite variação de quantitativos e não se vincula a escopo fechado de execução.

Diante do exposto, a empreitada por preço unitário é o regime de execução técnica e juridicamente mais adequado ao objeto desta contratação, garantindo economicidade, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Parintins – AM, ____ de _____ de 2026.

ANTONIO MARCOS PORTILHO DE SOUZA

SIAPE nº 3662112 – Responsável Técnico – ICSEZ/UFAM

11. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi feito através de pesquisa no site Compras.gov.br, visando a análise de editais e atas de pregões de contratações similares, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

Após análise, elencamos abaixo algumas soluções que poderiam atender às demandas de manutenções de equipamentos de refrigeração do ICSEZ:

Solução 01: Aquisição de peças, materiais e componentes para a manutenção dos equipamentos de refrigeração por equipe terceirizada. O ICSEZ compraria, via processo licitatório, as peças, materiais e componentes para armazenamento em suas instalações, para serem utilizados em manutenções preventivas e corretivas por funcionários terceirizados, especialmente contratados para essa finalidade.

Solução 02: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, por meio de processo licitatório, incluindo o fornecimento de peças, materiais e componentes para tal. A contratada seria acionada periodicamente para atender as necessidades de manutenções preventivas, e eventualmente para atender as demandas de manutenções corretivas.

Ao observar as soluções postas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos, entende-se como formato mais adequado o apresentado na Solução

02. Pois a solução 01 se torna inviável por não termos previsões orçamentárias para contratação deste tipo de mão de obra especializada para atender uma demanda de um serviço que não exige dedicação exclusiva nas dependências do ICSEZ.

Além disto, na Solução 01, a aquisição de peças, materiais e componentes para a manutenção dos equipamentos de refrigeração pode ser dispendiosa do ponto de vista que não é possível se estabelecer com exatidão, as quantidades necessárias para atender as demandas de manutenção preventiva, e principalmente, as manutenções corretivas.

12. Descrição da solução como um todo

Abrange a prestação do serviço de manutenção corretiva e preventiva, instalação e desinstalação de equipamentos de refrigeração, com fornecimento de peças, materiais e componentes, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia/Universidade Federal do Amazonas, localizado no município de Parintins-Amazonas.

Os elementos que devem ser produzidos para que a contratada produza os resultados pretendidos pela Administração são:

A contratada deverá cumprir um cronograma de atividades.

A contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de manutenção em condicionadores de ar e em equipamentos de refrigeração tipo freezers, geladeiras, frigobar, bebedouros e máquinas de gelo, possuindo a capacidade técnica específica para o atendimento do objeto da contratação, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, materiais, peças de reposição novas e originais, e gases, necessários à correta execução dos serviços.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A manutenção preventiva entende-se como procedimentos que visam prevenir situações que possam gerar falhas, defeitos ou até mesmo a conservação da vida útil dos equipamentos. Consiste na inspeção visual das máquinas, limpeza, lavagem, substituição de componentes desgastados (filtros, correias, polias, etc.), além do monitoramento de parâmetros (corrente e tensão elétrica e temperatura de operação), conforme rotina abaixo a ser seguida:

- Remover e limpar a frente plástica, com verificação do seu estado de conservação;
- Verificar a operação de drenagem de água da bandeja, a inclinação e desobstrução do dreno;
- Verificar os filtros de ar e eliminar as sujeiras;
- Verificar e eliminar as frestas dos filtros;
- Limpar o elemento filtrante (fibras de nylon aglutinadas e resina sintética ou espuma de poliuretano) utilizando os meios e substâncias mais adequados, como exemplo: por imersão em solução de água morna e sabão neutro, enxaguando-o em água corrente e secando-o bastante antes de recolocá-lo no aparelho;
- Limpar com escova a parte frontal do evaporador e condensador;

- Lubrificar as partes necessárias;
- Verificar termostato, tomada, cabos elétricos, chave seletora, capacitores de fase eletrolítico e outros componentes elétricos;
- Verificar ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários;
- Inspecionar todo o sistema para averiguar e sanar quaisquer irregularidades, medindo voltagem, amperagem, temperatura e efetuando leitura da corrente e tensão de todo sistema elétrico;
- Remover chassis e lavar externamente o evaporador e o condensador;
- Verificar e eliminar sujeiras, danos, ferrugens e corrosões na moldura da serpentina e da bandeja e aplicar produtos anticorrosivos, antiferrugem ou pintura, se necessário;
- Lavar bandejas e serpentinas com remoção de biofilme (lodo), sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
- Limpar adequadamente o gabinete do condicionador;
- Limpar e lubrificar as buchas, mancais e eixo do motor do ventilador;
- Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico (se está preservado e se contém bolor);
- Aplicar produto de ação antimicrobiana, antibacteriana e alto poder de eficiência contra todo tipo de microrganismos (bactérias gram-negativas, gram-positivas, fungos, algas e vírus);
- Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
- Inspeção do balanceamento da ventilação e chassis, rolamentos, oscilações excessivas e vibrações;
- Limpar hélice do ventilador, serpentinas do evaporador e condensador;
- Verificar suportes e fixações do gabinete;
- Manutenção geral da unidade condensadora no caso de Splits, inclusive com banho de vaselina industrial;
- Lubrificação dos eixos dos motores elétricos e banho de vaselina industrial nas partes ferrosas;
- Executar lavagem do chassi e gabinete;
- Proceder à completa limpeza dos condensadores e evaporadores com lavagem do sistema de aletamento e tubos com a utilização de produto químico decapante, de forma a eliminar a oxidação superficial das aletas e serpentinas;
- Inspecionar todas as tubulações do circuito frigorígeno;
- Lubrificar partes móveis do equipamento;
- Reapertar os parafusos de fixação da hélice, turbina e paredes separadoras;
- Operar e conferir sequência de comando elétrico do condicionador;
- Durante a realização da rotina de manutenção preventiva, caso seja detectada alguma peça defeituosa ou que através de sua análise indique falha potencial, a mesma deverá ser fornecida e substituída.

Estimou-se na manutenção preventiva 4 (quatro) serviços/ano em cada equipamento, conforme cronograma a ser elaborado.

Os bebedouros terão serviços de manutenção preventiva com limpeza e troca do filtro de água, conforme cronograma a ser estabelecido.

Os serviços de manutenção preventiva terão formulário próprio com descrição dos locais e dados do equipamento instalado, com campo para assinatura do servidor do recinto e assinatura do fiscal técnico.

A ficha de manutenção preventiva de cada equipamento deverá ser frente e verso contendo de um lado as manutenções preventivas realizadas durante o ano e do outro as corretivas realizadas.

A CONTRATADA deverá executar, conforme cronograma a ser definido, todas as preventivas programadas e solicitar de cada responsável da sala ou da Fiscalização que ateste o serviço e as corretivas, conforme a demanda. Todo serviço que executado fora do expediente deverá ser autorizado pela Fiscalização e/ou representante da unidade.

MANUTENÇÃO CORRETIVA

A manutenção corretiva constitui-se em um conjunto de ações ou operações executadas e desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, sistema ou as instalações após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente. O atendimento às solicitações da Contratante deverá ocorrer quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação do equipamento ou quando for detectada a necessidade de recuperação para a correção de defeitos que venham prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos. O pedido para correção do defeito pode ser iniciado pela Instituição ou pela empresa contratada, quando for detectada durante a manutenção preventiva a necessidade de substituição de peças com avarias.

Para este tipo de manutenção, além de fornecer a mão de obra, materiais e equipamentos necessários, a Contratada deverá fornecer a peça nova a ser substituída.

Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sob demanda, mediante Ordem de Serviço emitida pelo requerente.

As manutenções corretivas serão informadas à CONTRATADA pelo fiscal do contrato mediante OS (Ordem de Serviço). Não será autorizada nenhuma manutenção corretiva sem que se tenha a OS correspondente.

No caso de serviços de manutenção corretiva relacionadas, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.

As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade da CONTRATANTE, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela CONTRATADA à Fiscalização.

Peças fora de fabricação ou que dependa de serviços de terceiros, a CONTRATADA deverá acordar com a CONTRATANTE um novo prazo para execução do serviço.

A CONTRATADA deverá ainda, reparar ou corrigir, por sua conta, no todo ou em parte, o equipamento da CONTRATANTE, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução de serviço ou de emprego de materiais inapropriados ou com defeito.

Os serviços de manutenção corretiva previstos e que incorrerão em custos a CONTRATANTE, serão aqueles cujos valores estarão precificados, descritos e pré-estabelecidos na proposta do licitante.

Todas as peças a serem empregadas nos serviços deverão ser originais, novas, sem uso e estarem de acordo com as especificações técnicas.

No caso de falta de peças genuínas e na impossibilidade da CONTRATADA adquiri-las em curto prazo, poderá excepcionalmente, serem utilizadas outras similares que possam ser adaptadas em perfeitas condições no equipamento em questão, desde que haja prévia autorização pelo CONTRATANTE.

Serão consideradas peças similares as não oriundas do fabricante, mas que sejam iguais ou superiores em qualidade de material constituinte, processo de fabricação, desempenho e durabilidade.

Poderão ser recusados quaisquer serviços, peças, materiais ou acessórios que não satisfaçam as condições contratuais, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações vigentes ou que não atendam ao padrão de qualidade desejável e estabelecido.

A CONTRATADA deverá apresentar, no mês seguinte a prestação dos serviços, a nota fiscal/fatura dos serviços acompanhada do Relatório Técnico Mensal atestado e cópias das respectivas notas fiscais dos materiais a serem ressarcidos.

Todas as peças adquiridas deverão ser apresentadas ao Fiscal Técnico do contrato antes da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

Todas as peças substituídas deverão ser apresentadas e entregues ao fiscal de contrato. Nenhuma peça ou produto constante do presente Termo de Referência poderá ser manufaturado, recondicionado, reciclado ou de segunda mão.

Todo o material deverá ser novo, de primeira linha, produzido por empresa especializada e legalmente estabelecida, e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica.

A CONTRATADA deverá repassar ao CONTRATANTE os termos de garantia e manuais dos materiais, se houver.

A CONTRATADA deverá mobilizar para a execução dos serviços, o número suficiente de pessoal técnico especializado, com ferramental e equipamentos auxiliares, a fim de proporcionar a execução dos trabalhos no nível de qualidade especificado.

Caso haja necessidade de retirada de equipamentos ou de componentes dos sistemas para realização da manutenção corretiva na oficina da CONTRATADA, o fato deverá ser comunicado à fiscalização para autorização da saída do material, sendo que são de responsabilidade da CONTRATADA, todas as despesas decorrentes de transporte e remoção de equipamentos quando necessário para conserto na sede de sua oficina, assim como deverá se responsabilizar pela conservação dos equipamentos a serem transportados e recuperados garantindo a sua integridade.

Os aparelhos que necessitem de remoção da unidade jurisdicionada deverão ter suas características anotadas em formulário apropriado da empresa em duas vias e assinada pelo responsável do setor autorizando a saída do equipamento.

Antes do início dos serviços, a CONTRATADA procederá a um exame detalhado de cada aparelho que necessite ser retirado e/ou removido, sendo que deverão ser considerados aspectos importantes do estado dos aparelhos, suportes e os métodos utilizados na instalação.

Os serviços de retiradas e remoções serão executados adotando-se as normas de segurança previstas na legislação em vigor, de forma a evitar danos a terceiros, aos equipamentos, aos bens da CONTRATANTE e a garantir a segurança de seus funcionários.

A direção técnica dos serviços contratados cabe exclusivamente à CONTRATADA, que se obriga a obedecer aos procedimentos de trabalhos por si elaborados em comum acordo com a fiscalização, respondendo por quaisquer ônus ou imperícia.

Nos casos em que a execução do serviço de reativação do equipamento, exigir o fornecimento de materiais não disponíveis no estoque da CONTRATADA ou no mercado local, a mesma deverá providenciar a aquisição da(s) peça(s) no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da emissão da respectiva ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE.

Caso a CONTRATADA não possa fornecer a(s) peça(s) no prazo estipulado no subitem anterior, a mesma deverá justificar por escrito a ocorrência do fato excepcional ou imprevisível de sorte a subsidiar o fiscal do contrato na análise da ocorrência.

A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos de forma a atender às necessidades do ICSEZ, implicando em descumprimento contratual a paralisação superior a 02 (dois) dias úteis, sem justificativa aceita pela fiscalização, ficando a empresa, após este prazo, sujeita às sanções pertinentes.

A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços e responderá por quaisquer danos causados às dependências e aos equipamentos da UFAM, quando evidenciada a culpa, por ação ou

omissão de seus empregados ou prestadores de serviços, e ainda por deficiência ou negligência na execução das tarefas, bem como decorrentes da qualidade dos materiais empregados.

A CONTRATADA responderá por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço nas dependências dos prédios do ICSEZ.

A CONTRATADA deverá divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais com análise contendo o número de manutenções preventivas e corretivas executados mensalmente.

A estocagem de equipamento, ferramentas e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes. Caso haja local disponível para guardar do material na Instituição, a CONTRATANTE autorizará a permanência do material.

O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a CONTRATADA REFAZER o serviço sem ônus para a CONTRATANTE, caso, após a execução de um determinado serviço em um equipamento, este voltar a apresentar os mesmos problemas que deram causa à Ordem de Serviço.

INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO

Entende-se que a **instalação** de cada aparelho deverá ser completa, devendo estar inclusos todos os valores e encargos concernentes aos materiais empregados na realização dos serviços, inclusive suporte metálico externo de fixação da condensadora e amortecedores, tubulações de cobre, isolamentos e cabeamento de comando, fechamento de alvenaria no padrão do Instituto, no caso de troca de ACJ por Split, incluindo reboco, acabamento e pintura, dreno com mangueira transparente, isolamento e cabeamento elétrico, gás refrigerante, mão de obra, taxas, impostos, bem como demais despesas diretas e indiretas (**há previsão de valores de itens separadamente**).

Ficará a cargo da CONTRATADA o custo relativo à tubulação frigorígena com a capacidade e tamanho necessários para a interligação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, com distância máxima de 8 metros.

A contratada deverá responsabilizar-se por redes e fiações elétricas manipuladas nos procedimentos de instalações e reinstalações, incluindo interruptores, disjuntores, bem como todos os materiais, equipamentos e acabamentos necessários em seu preço de mão de obra, de modo que ao término do serviço os acabamentos sejam entregues em perfeito estado.

Os serviços de **desinstalação** compreendem o recolhimento do gás refrigerante para o compressor, retirada da evaporadora e condensadora e remoção da tubulação frigorígena existente.

Os serviços de instalação/desinstalação ocorrerão sob demanda da CONTRATANTE.

A contratada deverá disponibilizar um número de telefone para contato, a ser usado pelo contratante para solicitação de serviços. Nos casos de emergência, a solicitação dos serviços poderá ser feita fora do horário comercial. O atendimento inicial dos chamados dar-se-á em até 2 (duas) horas de sua abertura.

Os serviços deverão ser executados de acordo com o plano de manutenção elaborado especificamente para o ICSEZ, visando minimizar o máximo possível os impactos com as paradas/interferências nos setores administrativos e salas de aulas, cumprindo o cronograma a ser elaborado pela contratada, assim como as demais condições pré-estabelecidas no Termo de Referência, lei específica e normas ABNT, bem como as normas regulamentadoras de segurança do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da CONTRATADA de forma a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que acaso poderão estar prestando serviço concomitantemente.

Se julgar necessário, a Fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, do local de origem dos materiais de reposição ou de certificado de ensaios que comprovem a qualidade destes.

A CONTRATADA será responsável pela limpeza da área ao término dos serviços.

Os serviços deverão ter garantia mínima de 03 meses e de 06 (seis) meses para peças, componentes e acessórios, prevalecendo, em caso diverso, a garantia indicada pelo fabricante.

Não será permitida subcontratações para a execução do objeto a ser contratado. A empresa deverá ter ciência das condições da localidade onde os serviços serão prestados. Os funcionários contratados deverão executar os serviços devidamente uniformizados, com crachá da empresa e fazer uso de EPIs adequados.

13. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços serão realizados em equipamentos de refrigeração localizados nas unidades do ICSEZ, na cidade de Parintins-AM, nos seguintes endereços:

- **Unidade da Estrada Parintins-Macurany, Bairro Jacareacanga, nº 1805, CEP 69152- 240.**
- **Unidade do Centro – Rua Paraíba, Bairro Palmares, nº 2186, CEP 69153-010 (03 blocos).**

O quantitativo de aparelhos que receberão manutenção foram levantados pela equipe de planejamento, assim como a previsão de compra e quantidades reservas para atender demandas futuras, evitando a realização de nova licitação para contemplá-las. O total de equipamentos segue na tabela abaixo:

Descrição	Tipo	Quant. atual	Quant. a ser adquirido	Quant. Total
Ar condicionado de 9.000 BTUs	Split	2	0	2
Ar condicionado de 18.000 BTUs	Split	10	0	10
Ar condicionado de 24.000 BTUs	Split	90	15	105
Ar condicionado de 30.000 BTUs	Split	2	3	5

Ar condicionado de 36.000 BTUs	Split	3	0	3
Ar condicionado de 48.000 BTUs	Split	6	0	6
Ar condicionado de 60.000 BTUs	Split	1	2	3
Ar condicionado de 10.500 BTUs	ACJ	5	0	5
Ar condicionado de 21.000 BTUs	ACJ	32	0	32
Bebedouros 20 L	Torre	4	1	5
Bebedouro 200 L	Industrial	3	8	11
Outros equipamentos de refrigeração	(freezer, geladeira, frigobar e máquina de gelo)	23	0	23
Total de equipamentos de refrigeração		181	29	210

Método para definir a estimativa das quantidades:

O método utilizado baseou-se na contagem da quantidade dos equipamentos instalados nos setores do ICSEZ, a análise técnica individual de cada equipamento realizada pela empresa executante do contrato anterior de manutenção dos aparelhos de ar condicionados identificando as condições físicas, funcionais, operacionais, locais de instalação e importância de uso dos equipamentos de refrigeração.

A periodicidade para definição da atividade de manutenção preventiva baseia-se nos procedimentos descritos nos manuais dos fabricantes, das condições físicas e operacionais atuais dos equipamentos e sobretudo, o atendimento a Lei nº 13.589/2018. Estimou-se na manutenção preventiva 4 serviços/ano em cada equipamento, conforme cronograma a ser elaborado.

Para os serviços de manutenções corretivas, os quantitativos baseiam-se nos serviços, cujas demandas são mais comuns ou recorrentes e ainda as que possuem maior probabilidade de serem efetuadas no período de cobertura do contrato, com base no histórico de problemas com equipamentos similares e/ou com as trocas periódicas a ser realizadas e identificados a partir da análise do contrato anterior. A quantidade das manutenções corretivas foi estimada considerando 01 troca de cada peça para equipamentos em quantidades abaixo de 10 unidades. Para equipamentos em quantitativos maiores estimou-se trocas de peças de 25% do total de aparelhos, visto que nem todos os equipamentos necessitarão do serviço.

É importante destacar que no contrato anterior houve dificuldades quanto à falta de previsão de determinadas peças necessárias para manutenção corretiva, deixando equipamentos sem o funcionamento adequado. Nesse sentido, para o atual contrato foi previsto o item 23 que poderá **contemplar qualquer peça não especificada nos demais itens da tabela** e funcionará da seguinte forma:

- Estimativa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para ser utilizado sob demanda, em um período de 12 meses. **Este valor não sofrerá variação nas propostas dos licitantes**, pois trata-se de limitação da estimativa de gastos com substituição de peças, ao longo no ano.
- Considerando que as peças possuem valores distintos entre si, definimos como valor unitário (peça+serviço) R\$ 1,00 (um real) e como quantitativo a divisão do valor anual a ser despendido pelo valor unitário. No entanto, o quantitativo a ser executado pela contratada será o que couber no valor anual estimado, aplicando-se o desconto no momento do fornecimento. Tal procedimento é aplicado em licitações por maior desconto observado a partir de pesquisas de editais dessa natureza.
- Neste caso, os licitantes deverão apresentar em suas propostas o desconto a ser aplicado no fornecimento das peças, em **um percentual mínimo de 1% (um por cento)** e o valor da mão de obra.
- A contratada será responsável pelo fornecimento das peças de reposição, originais, após autorização escrita da contratante, praticando sempre o menor preço de mercado, o que será verificado pelo Fiscal Técnico e/ou pelo Gestor do Contrato. As despesas oriundas desta responsabilidade serão ressarcidas juntamente com o pagamento das faturas, condicionada à apresentação de Relatório Circunstanciado, previamente aprovado, e das notas fiscais de compra dos materiais pela mesma.
- A necessidade de substituição de peças, componentes e acessórios deverá ser comunicada à contratante, através de orçamento prévio, no qual constará descrição minuciosa e completa das peças, componentes e acessórios a serem substituídos, já constando a aplicação do desconto proposto na licitação e o valor da mão de obra.
- De posse do orçamento apresentado pela contratada, o Fiscal Técnico e/ou o Gestor do Contrato realizará pesquisa complementar, juntando, pelo menos, mais duas cotações diferentes, no intuito de verificar se o orçamento apresentado pela contratada se encontra compatível com os preços de mercado.
- Para realizar tal verificação, o Fiscal Técnico e/ou o Gestor do Contrato poderá se valer do procedimento previsto na IN nº 65, de 7 de julho de 2021, ou outro normativo que venha a substituí-la durante a vigência do contrato.
- Será considerado compatível com os preços de mercado o orçamento apresentado pela contratada que não ultrapasse o limite de 25% acima da média dos preços constantes na cesta de preços considerada.
- A compatibilidade do orçamento da contratada com os preços de mercado não obriga a Administração a realizar a contratação, cuja confirmação se dará após a avaliação de conveniência e oportunidade, bem como mediante a disponibilidade orçamentária da contratante para a aquisição das peças.
- A contratante, após os procedimentos descritos no subitem anterior, autorizará a contratada a realizar o fornecimento das peças de reposição pelo preço do orçamento aprovado.
- Se, a qualquer momento, a fiscalização encontrar indícios de superfaturamento ou trocas desnecessários de peças, instaurar-se-á processo de apuração de responsabilidade, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

E por fim, os quantitativos de instalação e desinstalação foram estimados com base em processos de compra de novos aparelhos.

Ressalta-se que as manutenções corretivas e serviços de instalação/desinstalação deverão ocorrer sob demanda.

As quantidades estimadas de serviços encontram-se detalhadas no quadro abaixo:

GRUPO 01						
PREVENTIVA - CATSER 2771						
VALORES MÉDIOS REFERENCIAIS PARA O PREGÃO						
Item	Tipo de aparelho	Especificação	Unidade de medida	Quantidade total de serviços ao ano	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Split de 9.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 9.000 BTUs.	Serviço	2	R\$ 220,13	R\$ 440,26
2	Split de 18.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 18.000 BTUs.	Serviço	31	R\$ 300,00	R\$ 9.300,00
3	Split de 24.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 24.000 BTUs.	Serviço	300	R\$ 412,00	R\$ 123.600,00

4	Split de 30.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 30.000 BTUs.	Serviço	6	R\$ 440,00	R\$ 2.640,00
5	Split de 36.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 36.000 BTUs.	Serviço	3	R\$ 444,00	R\$ 1.332,00
6	Split de 48.000 BTUs.	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 48.000 BTUs.	Serviço	7	R\$ 496,00	R\$ 3.472,00
7	Split de 60.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 60.000 BTUs.	Serviço	2	R\$ 519,00	R\$ 1.038,00
8	ACJ de 10.500 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo ACJ, de 10.500 BTUs.	Serviço	8	R\$ 312,00	R\$ 2.496,00
9		Manutenção preventiva trimestral	Serviço	112	R\$ 312,00	R\$ 34.944,00

	ACJ de 21.000 BTUs	em ar condicionado, tipo ACJ, de 21.000 BTUs.				
10	Bebedouro de 20 L	Manutenção preventiva trimestral bebedouro de coluna 20 L.	Serviço	8	R\$ 280,00	R\$ 2.240,00
11	Bebedouro industrial 200L	Manutenção preventiva trimestral bebedouro industrial 200L.	Serviço	16	R\$ 280,00	R\$ 4.480,00
B						R\$ 185.982,26
Quantidade Total Estimada de Manutenções Preventivas				495		

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DE PEÇAS COM SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO (CATSER 3492)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Qtd	Valor Unit. Painel de Preços_Sistema Preços Comprasgov	Custo Unitário da Mão de Obra	Valor Unit. Manut. Corretiva (Peça+Mão Obra)	TOTAL
12	Compressor Splits 24.000/BTU	396771	3	R\$ 1.436,00	68,51	R\$ 1.504,51	R\$ 4.513,53
13	Placa Eletrônica da Evaporadora- Splits 24.000/BTU	409821	4	R\$ 580,65	68,51	R\$ 649,16	R\$ 2.596,64
14	Placa Eletrônica da Condensadora- Splits 24.000/BTU	409818	10	R\$ 1.347,00	68,51	R\$ 1.415,51	R\$ 14.155,10

15	Motor Ventilador da Evaporadora- Splits 24.000/BTU	459827	4	R\$ 700,00	68,51	R\$ 768,51	R\$ 3.074,04
16	Motor Ventilador da Condensadora- Splits 24.000/BTU	459828	4	R\$ 654	68,51	R\$ 722,51	R\$ 2.890,04
17	aparelhos de refrigeração: frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo, com fornecimento e instalação de Motor Compressor 1/10 ,	372601	3	R\$ 473,29	68,51	R\$ 541,80	R\$ 1.625,40
18	frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo, com fornecimento e instalação de Termostato	236343	3	R\$ 117,30	68,51	R\$ 185,81	R\$ 557,43
19	frigobar, geladeira, freezer	427261	5	R\$ 166,14	68,51	R\$ 234,65	R\$ 1.173,25
20	frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo, com fornecimento e instalação de Sensor	618712	4	R\$ 253,50	68,51	R\$ 322,01	R\$ 1.288,04

21	frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo, com limpeza do Sistema	3506	5	R\$ 427,40	68,51	R\$ 495,91	R\$ 2.479,55
22	carga completa de Gás R32 (9 a 60Mbtu) (será usado o cilindro como Medida)	613141	10	R\$ 480,00	68,51	R\$ 548,51	R\$ 5.485,10
23	Equipamentos Diversos: Serviços de manutenção corretiva em equipamentos de refrigeração (ar condicionado, frigobar, geladeira, freezer e máquina de gelo), de todas as marcas e modelos, com fornecimento de mão de obra e peças não especificadas nos itens anteriores, SOB DEMANDA		10.000,00			R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
						TOTAL	R\$ 49.838,12

INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO - CATSER 2020

Item	Tipo de aparelho	Especificação	Unidade de medida	Quantidade total de serviços ao ano	Valor unitário estimado	Valor total estimado

24	Split de 9.000 a 60.000 BTUs	Desinstalação de ar condicionado tipo Split de de 9.000 a 60.000 BTUs, SOB DEMANDA.	Serviço	6	R\$ 314,33	R\$ 1.886,00
25	Split de 24.000 BTUs	Instalação de ar condicionado tipo Split de 24.000 BTUs (tubulações de cobre de 3 até 8 metros), SOB DEMANDA.	Serviço	8	R\$ 739,60	R\$ 5.916,80
26	Split de 30.000 a 60.000 BTUs	Instalação de ar condicionado tipo Split de 30.000 a 60.000 BTUs (tubulações de cobre de 3 até 8 metros), SOB DEMANDA.	Serviço	9	R\$ 1.230,83	R\$ 11.077,43
27	ACJ		Serviço	5	R\$ 201,00	R\$ 1.005,00

		Retirar Caixa ACJ e reparo no vão da parede, SOB DEMANDA.				
28	Split de 24.000 a 60.000 BTUs	Ajuste altura da condensadora de ar condicionado tipo Split de 24.000 a 60.000 BTUs, SOB DEMANDA (inclui Instalação e Desinstalação)	Serviço	8	R\$ 180,00	R\$ 1.440,00

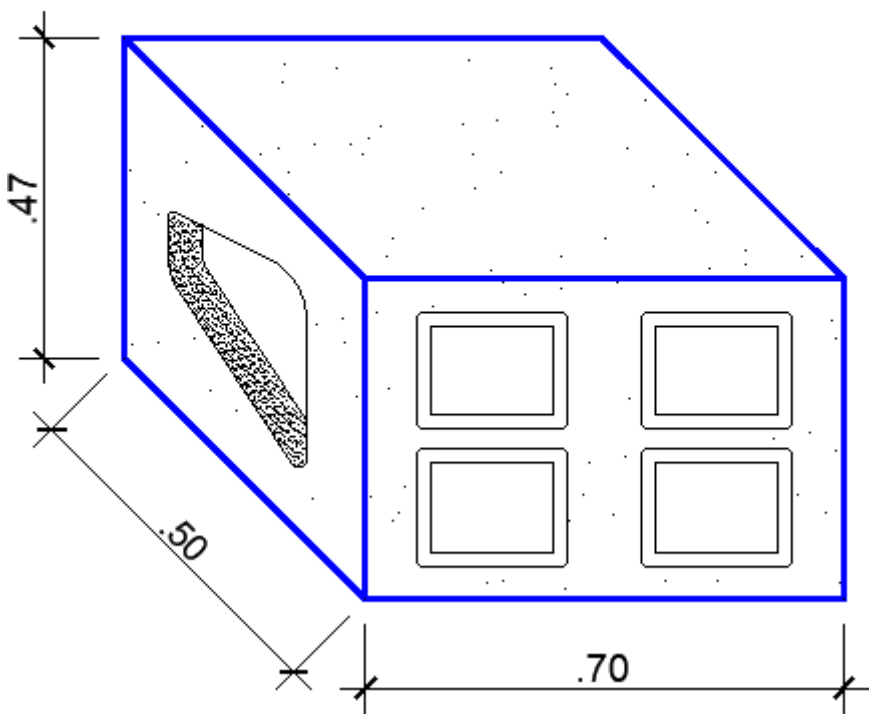
TOTAL INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO						R\$ 21.325,23
---------------------------------------	--	--	--	--	--	----------------------

VALOR TOTAL GRUPO 1	
	R\$ 257.145,61
Previsão Orçamentária para 05 (cinco) anos de contrato:	
	R\$ 1.285.728,03

Quantidade Total Estimada de Serviços de Instalação/Desinstalação	36
--	-----------

Item	DESCRIÇÃO
1	Desinstalação/Instalação de Split para retirar Caixa de ACJ e fazer reparo na Parede.
2	Desinstalação/Instalação de Split para ajustar altura da Condensadora.
3	Desinstalação/Instalação de Splits com tubulação de cobre de 3m até 8m de comprimento.
	Desinstalar ar ACJ, retirar a caixa do ACJ e fazer reparo na parede e Instalar Splits.

PROCESSO DE FECHAMENTO DE VÃO DE ALVENARIA

1	<p>CAIXA EM CONCRETO ARMADO PARA AR CONDICIONADO, TIPO DE JANELA</p>  <p>Retirada de Caixa existente, tipo ACJ (ar condicionado de janela) em Concreto A medindo 50x47x70cm (CxHxL), a uma altura de 2,30m do chão e marquise.</p>
2	<p>Fechamento de vão de alvenaria 1/2 vez de tijolo cerâmico de 8 furos, assentado com argamassa traço 1:2:</p> <p>8 cim/cal/areia, juntas 12mm em parede existente, medindo 0,70 x0,50m (Área A= 0,35m²)</p>
3	<p>Chapisco em paredes com argamassa traço 1:4 (cimento /areia) e=0,5cm (Área A= 0,70m²)</p>

4	Emboço com argamassa traço 1:2:8 (cimento/cal/areia média) espessura e=2,0cm para assentamento de azulejo ou pastilha (Área A=0,70m²)
5	Reboco paulista (massa única), argamassa traço 1:2:9 (cimento /cal/areia) com impermeabilizante e=2,0cm preparo manual (Área A=0,70m²)
6	Lixamento em parede de alvenaria (Área A=0,70m²)
7	Aplicação de selador acrílico (Área A=0,70m²)
8	Emassamento acrílico (Área A=0,70m²)
9	Pintura Acrílica Fosca, Cor Branco Neve, Duas Demãos (Área A=0,70m²)
10	<p>Inclusão de Serviço Complementar – Adequação de Grade Metálica para Instalação de Aparelho de Ar-Condicionado Split, consistindo em:</p> <p>Corte técnico parcial de segmento específico da grade;</p> <p>Ajuste dimensional para permitir a passagem e/ou acomodação adequada da unidade de ar;</p> <p>Acabamento das extremidades cortadas;</p> <p>Reforço estrutural, quando necessário.</p>
11	Obs.: Todos os serviços deverão ser entregues com perfeito acabamento, limpos, bem como, as áreas internas, quando necessário, cobrir ou proteger equipamentos e mobílias existentes com lonas plásticas

Inclusão do item 10 de Serviço Complementar – Adequação de Grade Metálica para Instalação de Aparelho de Ar-Condicionado Split

Verificou-se a necessidade de prever, no escopo da contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, serviço complementar de adequação da grade, pois em diversas situações, a instalação da unidade evaporadora ocorre em parede próxima à janela com grades fixas de

proteção, sendo que as dimensões dos aparelhos do tipo split são superiores às dos modelos convencionais de ar-condicionado de janela (ACJ), exigindo espaço adicional para correta fixação, tornando necessária a realização de intervenção pontual na grade metálica existente.

Ressalta-se que tal atividade caracteriza-se como serviço de serralheria, por envolver corte, ajuste, soldagem e acabamento em estrutura metálica fixa, devendo, portanto, estar expressamente prevista como obrigação da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

A inclusão deste item no planejamento visa:

Evitar paralisações ou retrabalhos no momento da instalação;

Garantir a completa execução do objeto contratado;

Assegurar padronização e segurança estrutural;

Impedir a necessidade de contratação posterior de serviço correlato;

Promover maior economicidade e eficiência administrativa.

Dessa forma, recomenda-se que o Termo de Referência contemple, de maneira explícita, a previsão de serviços de serralheria para adequação de grades metálicas, quando necessários à instalação dos equipamentos, incluindo todos os materiais, ferramentas, mão de obra e acabamentos pertinentes.

Histórico de contratações do objeto:

Listamos as últimas contratações do objeto pelo Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia:

Pregão nº 90406/2024 – Fornecedor SELF BRASIL SOLUÇÕES LTDA – CNPJ 21.628.686/0001-30 –
Executou o contrato durante o ano de 2025.

Pregão nº 401/2021 – Fornecedor E C COLARES COMÉRCIO – CNPJ: 26.983.372/0001-79.

Pregão nº 405/2021 – Fornecedor VALDINO JÚNIOR DAS CHAGAS VIEIRA
COMERCIAL, CNPJ: nº 10.802.564/0001-00.

Materiais específicos:

Para a execução dos serviços nos equipamentos de refrigeração, a Contratada deverá fornecer todo material de consumo, além de outros que forem necessários, conforme listagem exemplificativa abaixo:

- Materiais elétricos de reposição (cabos, terminais, relés, capacitores e disjuntores);
- Material de limpeza em geral;
- Material de proteção mecânica das tubulações (esponjoso, alumínio corrugado; fita, pvc etc.);
- Graxas;
- Estopas;
- Óleo lubrificante;
- Produtos químicos de limpeza;
- Álcool;
- Solventes;
- Material contra corrosão e proteção antiferruginosa;
- Tintas;
- Pincéis;
- Lixas;

- Panos de limpeza;
- Oxigênio;
- Acetileno;
- Zarcão;
- Escovas de aço e nylon
- Massa de vedação;
- Material de soldagem;
- Espuma de vedação;
- Fita isolante;
- Fita teflon;
- Fusíveis;
- Lâmpada-piloto;
- E qualquer outro componente necessário ao funcionamento do sistema, mesmo que não contemplados nesta listagem.

Já na **manutenção corretiva**, as peças previstas para substituição são:

Ar-condicionado split:

- Motor Compressor;
- Motor Ventilador;
- Placa Eletrônica;
- Contactora;
- Gás refrigerante.

Ar-condicionado ACJ:

- Motor Ventilador;
- Gás refrigerante.

Outros equipamentos de refrigeração: frigobar de 80L, 100L e 120L; geladeira de 280L, geladeira de 250L, geladeira duplex de 360L; freezer horizontal duas portas 500L, bebedouros 200L, bebedouros de coluna 20L e máquina de gelo de 40Kg:

- Motor compressor 1/10;
- Capacitor;
- Termostato;
- Relé;
- Tubo capilar;
- Placa Eletrônica;
- Sensores;
- Gás refrigerante.

Para os serviços de **instalação e desinstalação** a Contratada deverá fornecer:

- fechamento de alvenaria no padrão do Instituto na troca dos ar condicionados ACJ por split;
- instalação elétrica no padrão do Instituto, com fornecimento dos disjuntores e fiação completa compatível com o aparelho;
- suporte metálico externo de fixação da condensadora e amortecedores;
- tubulações de cobre;
- esponjoso e fitas de pvc;
- isolamentos e cabeamento de comando;
- dreno com mangueira transparente;
- isolamento e cabeamento elétrico;
- gás refrigerante.

14. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 258.160,09

Valor (R\$): 258,160,09 (duzentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta reais e sessenta e nove centavos)

A estimativa de preços segue as orientações da Instrução Normativa nº 65/2021, em seu artigo 6º, onde define que serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Inicialmente foi realizada busca no Painel de Preços do Governo Federal (Inciso I), no entanto, os resultados eram diversos, tanto de manutenções preventivas, quanto de corretivas, não sendo possível utilizar a média ou mediana calculada pelo sistema. Assim, passamos à análise individual dos editais obtidos na pesquisa, preferencialmente do estado do Amazonas, pelos os quais foi possível obter preços de alguns itens para esta contratação, mas não de todos.

As contratações similares da Administração Pública consultadas foram as seguintes:

ITEM	IDENTIFICAÇÃO DAS CONTRAÇÕES SIMILARES COMPONENTES DA CESTA DE PREÇOS
01	Comando da Marinha- UASG 160015_PE 48/2025

02	PE SRP 90005/2024/IPEM-AM- Ata 005/2024_Proorrogada até 11 nov 2026_mesmos valores
03	Dispensa Lic. Nº 20/2025/Pref. Maués-AM- Ata 014/2025_Válida até Out 2026
04	ARP nº 04/2025. UASG 160013)Colégio Militar de Manaus/MEX/AM)
05	ARP 01/2025 - PE SRP nº 89/2025. -PMC-COARI
06	ARP83/2025. PE SRP 15/2025-PREF BENJ.CONST./AM
07	ARP 08/2025. PE SRP 90001/2025-UASG 158142 -IFAM/MANAUS/AM
08	PE SRP nº 3/2025_Câmara Municipal de Parintins_ARP
09	CREDENCIAMENTO nº 4/2026_Prefeitura Municipal de Parintins

Nesse sentido, a pesquisa foi baseada, prioritariamente, em observância ao Inciso II: “ contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços”,, visando alocar valores referenciais que melhor reflitam a realidade do mercado. Foi utilizada a Média dos Preços como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação. Informações mais detalhadas estão presentes na Análise Conclusiva da Pesquisa de Mercado.

Ao final da cotação de preços chegou-se à estimativa do Valor Global de R\$ 258,160,09 (duzentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta reais e sessenta e nove centavos)

Informamos que na etapa de julgamento das propostas deverá haver o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados pelos licitantes, incluindo valor de mão de obra e de peças/insumos separadamente, conforme modelo a ser disponibilizado.

15. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Compete à Administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e /ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa. Marçal Justen Filho defende que:

“A **vantagem** caracteriza-se como a **adequação e satisfação do interesse** coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos interrelacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. **Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício.** A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Entendemos que o julgamento por lote não exclui a possibilidade de maior concorrência e, conseqüentemente, obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, levando-se em consideração a dificuldade de trabalhar e fiscalizar a prestação de serviços da mesma natureza, por empresas diferentes, no mesmo local, demandando mais trabalho e servidores para tal. O ICSEZ já possui um quadro de servidores reduzido, portanto, não seria interessante atribuir mais atividades além das que já acumulam.

Justifica-se a licitação por valor global por se tratar de serviços complementares e indissociáveis, uma vez que uma mesma empresa deve ter sob sua liderança todos os profissionais de manutenção, sob pena de não responder adequadamente aos chamados, incluindo sua responsabilidade técnica, coordenando todas as ações necessárias ao atendimento. Em se tratando dos serviços tidos como eventuais (corretivas) não seria tecnicamente eficiente para administração pública contratar uma empresa para realizar o diagnóstico de correção ou substituição e outra empresa para dar continuidade ao serviço.

Quanto aos serviços de instalação, a experiência anterior demonstrou que não é interessante às empresas manterem um contrato apenas de instalação/desinstalação de aparelhos de ar condicionados, visto que ocorrem apenas sob demanda e com pouca frequência, tornando-se oneroso a contratação de profissionais para a realização de serviços periódicos. Já tendo outros serviços, espera-se que as empresas reduzam seus custos, garantindo economia de escala. Assim, o não parcelamento do objeto torna a contratação mais vantajosa para ambas as partes.

No que se refere à adjudicação em separado dos serviços e peças de reposição justifica-se o não parcelamento pelo motivo de que se apresenta inviável realizar uma licitação separada para a compra de peças e estocar para a pronta troca quando necessário, uma vez que por ser trocas sob demanda, não se pode precisar, somente estimar, quando uma peça apresentaria problemas a ponto de ser substituída. Em 12 meses poderiam ser trocadas muitas peças ou não. Dessa forma, a compra antecipada pode ocasionar um ônus desnecessário à Administração. Se for uma compra por Sistema de Registro de Preços (SRP), as peças podem ser solicitadas/requisitadas conforme a necessidade. Entretanto, o fornecedor tem 30 dias para entregar o produto requisitado, conforme edital.

Portanto, a contratação dos serviços, sem a reposição de peças se mostra técnica e economicamente inviável devido às características peculiares deste tipo de prestação de serviços. Assim, a contratação técnica e economicamente mais viável para a Administração é a contratação com fornecimento de peças para troca das danificadas, pois somente se tornaria custo o que efetivamente apresentar problemas. O fornecedor apresentará nota fiscal das peças por ele adquiridas para substituição e isso comporá o custo do serviço prestado. Logo, além de a Administração pagar somente pelas peças efetivamente utilizadas, ainda terá agilidade nos serviços.

Ademais, problemas de comunicação e logística nesta região limitam a capacidade operacional das empresas. A cidade de Parintins está localizada a 420km (leste) por via fluvial, da capital do estado do Amazonas, Manaus, de onde se adquirem a maioria dos materiais necessários para os serviços de manutenção em questão. O principal meio de transporte para chegar à cidade é o transporte fluvial, que acaba acarretando um custo maior ainda, principalmente em períodos de estiagens. O serviço pretendido juntamente com o comércio das respectivas peças/materiais fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas especializadas em serviços de refrigeração, não implicando em restrição de competitividade. Portanto, a fim de atrair maior concorrência para este certame, diante do quadro que se apresenta em seus aspectos econômicos, legais e geográficos optamos pelo não parcelamento.

16. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

17. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2026- 2030 da Universidade Federal do Amazonas, conforme consta:

10. INFRAESTRUTURA FÍSICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO

10.1

Assegurar condições de pleno funcionamento das edificações existentes, de acordo com os princípios e diretrizes de sustentabilidade da administração pública federal.

ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Ações estratégicas (Consulta Pública)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

6.6 Objetivos, Metas e Indicadores

6.6.10 Infraestrutura Física

META	INDICADOR		LINHA DE BASE							FONTE DE RECURSOS
	Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo NA* = não se aplica	Base	2026	2027	2028	2029	2030		
M1 - OE10.1 - Realizar anualmente um levantamento das necessidades de manutenções prediais corretivas e preventivas em 100% das unidades e órgãos, estabelecendo ordem de prioridade técnica, até 2030.	I1 - M1 - OE10.1 - Levantamento realizado	NA*	0	1	1	1	1	1	LOA	
M2 - OE10.1 - Realizar anualmente um levantamento das necessidades de manutenções nas vias de acesso pavimentadas e áreas de estacionamento com bloquetes em 100% dos campi, estabelecendo ordem de prioridade técnica das demandas, até 2030.	I2 - M2 - OE10.1 - Levantamento realizado	NA*	0	1	1	1	1	1	LOA	
M3 - OE10.1 - Realizar, por meio dos engenheiros de segurança do trabalho da Instituição, um levantamento das necessidades de prevenção e combate a incêndio em 100% as unidades e órgãos, indicando ordem de prioridade técnica para a execução das medidas, até 2027.	I3 - M3 - OE10.1 - Levantamento realizado	NA*	0	50%	50%	-	-	-	LOA	
M4 - OE10.1 - Realizar um levantamento anual das necessidades de manutenções dos sistemas de abastecimento de água em todos os campi, estabelecendo ordem de prioridade técnica do atendimento, até 2030.	I4 - M4 - OE10.1 - Levantamento realizado	NA*	0	1	1	1	1	1	LOA	
M5 - OE10.1 - Realizar um levantamento anual do controle da qualidade de águas e efluentes em todos os campi, estabelecendo ordem de prioridade técnica, até 2030.	I5 - M5 - OE10.1 - Levantamento realizado	NA*	0	1	1	1	1	1	LOA	
M6 - OE10.1 - Elaborar um plano de segurança patrimonial e territorial, incluindo tecnologias de monitoramento eletrônico, até 2030.	I6 - M6 - OE10.1 - Plano elaborado	NA*	0	20%	20%	20%	20%	20%	LOA	
M7 - OE10.1 - Realizar um levantamento das necessidades dos serviços de transporte institucional, em todos os campi, até 2030.	I7 - M7 - OE10.1 - Levantamento realizado	NA*	0	20%	20%	20%	20%	20%	LOA	
M8 - OE10.1 - Realizar um levantamento do estado da frota institucional, em todas as unidades e órgãos, encaminhando o diagnóstico para os setores competentes, até 2028.	I8 - M8 - OE10.1 - Levantamento realizado	NA*	0	1	-	-	-	-	LOA	
M9 - OE10.1 - Realizar um levantamento das necessidades de manutenções dos equipamentos prediais (grupos geradores, plataformas e elevadores, bebedouros e filtros, e aparelhos de ar-condicionado) em 100% das unidades e órgãos, estabelecendo ordem de prioridade técnica, até 2028.	I9 - M9 - OE10.1 - Levantamento realizado	FC1 - B - M8 - OE10.1 - (Diagnósticos enviados/ Total de diagnósticos elaborados)*100	0%	100%	-	-	-	-	LOA	
M10 - OE10.1 - Realizar um levantamento das necessidades de infraestrutura elétrica em todos os campi, até 2028.	I10 - M10 - OE10.1 - Levantamento concluído	NA*	0	1	-	-	-	-	LOA	
M11 - OE10.1 - Adequar 100% das edificações existentes de acordo com Plano de Acessibilidade e Inclusão da UFAM, até 2030.	I11 - M11 - OE10.1 - Adequações concluídas	FC2 - I12 - M11 - OE10.1 - (Adequação executada/Total de adequações necessárias)*100	0%	20%	20%	20%	20%	20%	LOA Emendas TEDs	

117

Rio Negro
Foto: Creative Commons.

EXO TEMÁTICO: 10. INFRAESTRUTURA FÍSICA

A manutenção Preventiva e Corretiva de Aparelho de ar-condicionados está estabelecido na Meta 9-Objetivo Estratégico 10.1: Realizar um levantamento das necessidades de manutenções dos equipamentos prediais (Grupos geradores, plataformas e elevadores, bebedouros e filtros, e aparelhos de ar-condicionado) em 100% das unidades e órgãos, estabelecendo ordem de prioridade técnica até 2026.

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações 2026 (PCA 2026) -Área Requisitante: Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - Grupo 871-SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS. DFD 01/2026.

18. Reajuste e Índice de Reajustamento

JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO IPCA COMO ÍNDICE DE REAJUSTE CONTRATUAL

Cláusula 7.40 do Instrumento Contratual – Pregão Eletrônico SRP nº 90400/2026

Cláusula 7.40 – Reajuste de Preços (transcrição):

“Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.”

1. Fundamento Legal e Normativo

O reajuste contratual em contratações públicas de serviços continuados é instrumento expressamente previsto no ordenamento jurídico pátrio, tendo por finalidade preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo de sua vigência, em contrapartida à estabilidade das condições pactuadas na data da proposta.

A **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em seu **art. 92, inciso III**, determina que os contratos administrativos deverão conter cláusula de reajuste de preços ou de correção monetária, com periodicidade mínima de um ano, quando for o caso. O **§ 4º do mesmo artigo** estabelece que o reajuste deverá ser baseado em índice setorial ou geral, de acordo com a natureza do objeto contratado.

Complementarmente, o **Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994**, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 1.110/1994, e a **Lei nº 10.192/2001** (que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e regula a utilização de índices de preços) estabelecem que os contratos de prazo de duração igual ou superior a doze meses poderão conter cláusulas de reajuste de preços, desde que reflitam a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na execução do objeto.

O **Manual de Orientações para Elaboração de Contratos da Administração Pública Federal (Seges/MGI)** e as notas técnicas exaradas pela Consultoria-Geral da União têm reforçado, consistentemente, a adequação do IPCA como índice geral de reajuste para contratos de serviços prestados com mão de obra especializada e insumos diversificados, nos quais não há índice setorial específico que reflita com maior fidedignidade a variação dos custos da contratação.

2. Da Natureza do Objeto e Sua Relação com o IPCA

O objeto contratual em tela compreende a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de refrigeração (condicionadores de ar SPLIT, ACJ, freezers, geladeiras, bebedouros, frigobares e máquinas de gelo), incluindo o fornecimento de peças de reposição e a execução de serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo SPLIT.

A composição do custo desta contratação é tipicamente híbrida, abrangendo simultaneamente:

- Mão de obra técnica especializada (técnicos em refrigeração e ar-condicionado, com habilitações técnicas específicas);
- Insumos e materiais de consumo (filtros, fluidos frigorigêneos, lubrificantes, fitas, conectores, elementos de vedação);
- Peças e componentes de reposição (compressores, capacitores, placas eletrônicas, evaporadores, condensadores, resistências, termostatos, entre outros);
- Custos operacionais e administrativos da empresa contratada (transporte, ferramental, equipamentos de proteção individual, seguros, encargos trabalhistas e tributários).

Essa composição heterogênea de custos, envolvendo mão de obra e materiais de múltiplas categorias, torna inadequada a utilização de índices setoriais restritos, como o SINAPI (voltado à construção civil) ou índices específicos de determinado segmento industrial. Diferentemente, o IPCA, por medir a variação geral dos preços ao consumidor final — abrangendo bens industrializados, serviços, materiais de manutenção e mão de obra — apresenta-se como o índice que melhor captura, de forma abrangente e equilibrada, a evolução dos custos inerentes a este objeto contratual.

3. Razões Técnicas para Adoção do IPCA

3.1. Representatividade e Abrangência do Índice

O IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – é apurado mensalmente pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** e constitui o principal indicador de inflação oficial do Brasil, sendo utilizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como referência para o sistema de metas de inflação do Banco Central. Sua metodologia de cálculo abrange o acompanhamento de preços de bens e serviços em distintos segmentos (alimentação, habitação, transporte, saúde, educação, vestuário, serviços pessoais, entre outros), junto a famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos em 13 áreas metropolitanas do país.

A amplitude metodológica do IPCA confere-lhe capacidade de representar, de forma agregada e estatisticamente robusta, a variação real dos custos de mercado que impactam diretamente os prestadores de serviços de manutenção — incluindo a elevação de preços de componentes eletroeletrônicos, insumos de refrigeração, combustíveis e o custo de vida que determina a pressão salarial sobre a mão de obra especializada.

3.2. Ausência de Índice Setorial Específico Adequado

A análise dos índices disponíveis no mercado brasileiro revela que não existe índice setorial específico para serviços de manutenção de equipamentos de refrigeração em geral que seja de amplo reconhecimento, publicação regular e aferição independente. Os principais índices setoriais disponíveis — tais como o SINAPI (construção civil e instalações prediais), o IGP-M (mercado financeiro e contratos de locação), o IPC-FIPE (consumo da cidade de São Paulo) ou o IPEM setoriais — não refletem adequadamente a composição de custos específicos deste objeto contratual.

Nesse contexto, o IPCA emerge como o índice geral que melhor representa, de forma objetiva, imparcial e verificável, a evolução inflacionária dos custos envolvidos, em linha com a orientação consolidada da doutrina administrativista e com a jurisprudência dos Tribunais de Contas.

3.3. Transparência, Publicidade e Imparcialidade

O IPCA possui publicação mensal, regular e gratuita pelo IBGE (www.ibge.gov.br), com metodologia amplamente documentada, séries históricas longas e auditorias periódicas de qualidade. Sua utilização em contratos públicos garante plena transparência na aplicação do reajuste, uma vez que qualquer interessado pode verificar independentemente o índice aplicado, sem necessidade de negociação ou arbitragem entre as partes.

Ao contrário de índices cujos dados dependem de entidades privadas ou associações de classe — que poderiam gerar conflitos de interesse ou assimetria de informação —, o IPCA é produzido por órgão oficial do Poder Executivo Federal, dotado de estrutura técnica e independência metodológica reconhecidas internacionalmente.

3.4. Conformidade com a Política Econômica e o Sistema de Metas de Inflação

A adoção do IPCA como índice de reajuste está em plena harmonia com a política monetária brasileira, pois reflete exatamente a variação de preços que o Banco Central busca controlar por meio do sistema de metas de inflação. Sob essa perspectiva, ao utilizar o IPCA como indexador, a Administração Pública assegura que o reajuste contratual seja calibrado ao mesmo parâmetro que baliza toda a política econômica do país, evitando

tanto a sub-remuneração do contratado quanto o pagamento de reajustes superiores à inflação efetivamente verificada.

3.5. Precedentes e Orientações do TCU e da AGU

O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) têm, reiteradamente, reconhecido a legitimidade e a adequação da utilização do IPCA como índice de reajuste contratual para contratos de prestação de serviços no âmbito da Administração Pública Federal. Acordãos como o **TCU nº 2.648/2015-Plenário**, o **Acórdão TCU nº 1.827/2018-Plenário** e diversas consultas respondidas pela Conjur/MGI e pela PGF /UFAM consolidam o entendimento de que, na ausência de índice setorial específico e representativo, o IPCA é o indexador mais adequado para reajustes de contratos de serviços com insumos heterogêneos.

4. Do Mecanismo de Aplicação Previsto na Cláusula 7.40

4.1. Periodicidade Anual

A cláusula 7.40 estabelece que o reajuste se dará após o interregno de um ano, contado da data da proposta ou do orçamento a que se referir o valor contratual, em conformidade com o art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 3º da Lei nº 10.192/2001, que vedam o reajuste em período inferior a doze meses. Tal periodicidade é a mínima legalmente admitida e visa a evitar a chamada "indexação inercial", preservando a estabilidade monetária conquistada com o Plano Real.

4.2. Aplicação de Ofício pelo Contratante

A previsão de que o reajuste será aplicado "independentemente de pedido do Contratado" confere maior eficiência administrativa ao processo, pois evita que a atualização dos valores dependa de iniciativa do particular — o que, na prática, poderia gerar atrasos, discussões administrativas desnecessárias e eventual acumulação de defasagens. Ao determinar que o reajuste é aplicado de ofício pelo Contratante, a cláusula materializa os princípios da eficiência e da boa-fé objetiva, garantindo equilíbrio contratual sem ônus adicional de gestão para o contratado.

4.3. Aplicação Prospectiva — Obrigações Futuras

A delimitação de que o IPCA será aplicado “**exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade**” garante que o reajuste tenha caráter estritamente prospectivo, não retroativo. Essa condição tem por finalidade preservar a segurança jurídica das partes e impedir que remunerações já quitadas sejam objeto de discussão posterior, em linha com a melhor doutrina administrativista sobre a matéria e com o entendimento do TCU sobre a aplicação de reajustes em contratos de serviços contínuos.

Trata-se, portanto, de mecanismo tecnicamente equilibrado, que protege simultaneamente os interesses da Administração — ao evitar pagamentos retroativos desnecessários — e os do contratado — ao assegurar que a remuneração futura seja indexada à variação real dos preços, preservando a viabilidade econômica da execução contratual.

5. Comparativo Entre os Principais Índices Disponíveis

ÍNDICE	ABRANGÊNCIA	ADEQUAÇÃO AO OBJETO	OBSERVAÇÕES
IPCA (IBGE)	Geral – bens e serviços ao consumidor final	ALTA	Índice oficial da política de metas de inflação.

			Publicação mensal IBGE. Adotado nesta contratação.
IGP-M (FGV)	Atacado, construção civil e serviços ao consumidor	MÉDIA	Alta volatilidade. Reflete preços no atacado e câmbio. Menos representativo para serviços.
SINAPI (CEF/IBGE)	Obras e serviços de engenharia civil	BAIXA	Específico para construção civil. Não reflete custos de manutenção de equipamentos de refrigeração.
IPC-FIPE	Famílias de SP com renda de 1 a 20 SM	BAIXA	Abrangência geográfica restrita à cidade de São Paulo. Inadequado para contratos nacionais /regionais.

SM = Salário Mínimo. Avaliação baseada em critérios de representatividade, publicidade, abrangência e aderência ao objeto contratual.

6. Conclusão

Com base em todo o exposto — nas dimensões legal, técnica, econômica e metodológica —, conclui-se que a adoção do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo IBGE, como índice de reajuste anual dos preços contratuais, conforme previsto na Cláusula 7.40 do instrumento contratual do PE SRP nº 90400 /2026, é plenamente justificada e adequada pelas seguintes razões objetivas:

1. O IPCA é o índice oficial de inflação do Brasil, de amplo reconhecimento, publicação mensal e metodologia auditada, garantindo transparência e objetividade na aplicação do reajuste;
2. Inexiste índice setorial específico para serviços de manutenção de equipamentos de refrigeração com abrangência nacional e publicação regular pelo poder público;
3. O IPCA reflete de forma agregada e equilibrada a variação dos custos inerentes ao objeto — mão de obra especializada, insumos, materiais e componentes de reposição heterogêneos —, superando os demais índices disponíveis em representatividade e adequação;
4. O mecanismo de aplicação de ofício pelo Contratante, após o interregno anual e com efeitos prospectivos, está em plena conformidade com os arts. 92, III, da Lei nº 14.133/2021 e 3º da Lei nº 10.192/2001, e com os princípios da eficiência e do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos;
5. A adoção do IPCA encontra respaldo nos precedentes do Tribunal de Contas da União e nas orientações da Advocacia-Geral da União para contratos de serviços com insumos diversificados no âmbito da Administração Pública Federal.

Diante do exposto, fica tecnicamente fundamentada e juridicamente ampara a adoção do IPCA como critério de reajuste contratual, conforme a Cláusula 7.40 do contrato oriundo do Pregão Eletrônico SRP nº 90400/2026.

19. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com essa contratação, no mínimo, os seguintes efeitos:

- Garantia da disponibilidade dos condicionadores de ar e equipamentos de refrigeração em atendimento as normas vigentes de conforto ambiental e refrigeração de ambientes.
- Serviços executados por pessoal técnico especializado;
- Conservação técnica e funcional dos equipamentos de refrigeração; ●
Prolongamento da vida útil dos equipamentos de refrigeração;
- Proporcionar melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho aos servidores do ICSEZ;
- Proporcionar conforto térmico à toda comunidade acadêmica do ICSEZ;
- Permitir o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

20. Providências a serem Adotadas

A manutenção de condicionadores de ar e equipamentos de refrigeração é um serviço que exige conhecimento técnico multidisciplinar especializado nas áreas da mecânica, elétrica, eletrônica e automação. Além disso, esses equipamentos exigem cuidados específicos de operação, e no dimensionamento e uso dos componentes, máquinas e equipamentos do sistema, fatores estes que são fundamentais para garantir disponibilidade dos equipamentos. Portanto, para atuarem na fiscalização dos serviços objeto da contratação, é necessária a capacitação dos servidores nas Normas Regulamentadoras, referente à segurança em instalações e serviços em eletricidade.

21. Possíveis Impactos Ambientais

Em conformidade com a IN SLTI nº 01/ 2010 e outras normas norteadoras deverá a Contratada cumprir com os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental:

- Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, e evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

- Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis. ● Estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após sua utilização, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: [...] (II) pilhas e baterias; [...] (IV) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; e, [...] (VI) produtos eletroeletrônicos e seus componentes (Lei 12.305/2010, art. 33);
- Efetuar o recolhimento e o descarte adequado dos materiais utilizados/trocados durante a prestação do serviço objeto da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos da Lei nº 12.305/2010.
- Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio, devidamente registrados no órgão de vigilância sanitária competente, do Ministério da Saúde (artigos 14 e 15 do Decreto nº 8.077/2013, que regulamenta a Lei nº 6.360/1976).
- Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a Resolução nº 275/2001- CONAMA, para a identificação, por cores, dos recipientes coletores. Deverão ser disponibilizados pela CONTRATANTE recipientes adequados para a coleta seletiva:
 - a. Vidro (recipiente verde).
 - b. Plástico (recipiente vermelho).
 - c. Papel/papelão seco (recipiente azul).
 - d. Metais (recipiente amarelo).
 - e. Resíduos Orgânicos (recipiente marrom).

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

Em síntese, a exposição dos referidos estudos preliminares demonstra a importância dos condicionadores de ar e equipamentos de refrigeração na unidade acadêmica, sobretudo para garantir a adequada prestação do serviço público, com o devido conforto ambiental e o atendimento às legislações vigentes. Portanto, **consideramos viável** a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças em equipamentos de refrigeração, e instalação e

desinstalação de condicionadores de ar, sob demanda, de modo que esta conclusão é fato

notório, incontroverso e manifestado, balizada pela viabilidade técnica e com vista à economicidade da administração pública.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANGELA SILVA DE CASTRO PORTELA

Agente de contratação

GLAUCIARA AZEVEDO DA SILVA

Agente de contratação

RAFAEL REIS MAFRA

Agente de contratação